

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Parlamento aprova Programa



do XVI Governo Constitucional

(veja “documento Político” nas centrais)

POVOLIVRE

Como habitualmente no período de férias de Verão, o «Povo Livre» suspende a sua publicação. A próxima edição, sairá no dia 1 de Setembro, com o número 1378. Desejamos ótimas férias a todos os leitores, militantes e simpatizantes do PSD.

Victor Cruz anuncia a iluminação do Aeroporto da Ilha das Flores

O presidente do PSD/Açores na sua visita da semana passada, à Ilha das Flores, manifestou a sua convicção de que a instalação do sistema de sinalização luminosa do aeroporto local vai avançar ainda este ano. Victor Cruz considerou que deverão ser lançados “muito em breve” os concursos nacionais para a construção do edifício e a aquisição do equipamento que permitirão a realização de mais voos comerciais no Aeroporto das Flores.

No final da sua visita à Ilha das Flores, o candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional informou que deverá ser lançado, ainda no terceiro trimestre deste ano, o concurso para a construção de um edifício específico onde será colocado o posto de transformação, os novos grupos de emergência e os reguladores de brilho destinados à sinalização luminosa da pista florentina.

Victor Cruz assegurou igualmente que, segundo as informações de que dispõe, o concurso para aquisição dos novos equipamentos deverá ser lançado por meados do quarto trimestre de 2004. Desta forma, explicou, ficam salvaguardadas as condições de operacionalidade que permitem a realização de um maior número de voos da SATA/Air Açores para a Ilha das Flores.

O líder do PSD congratulou-se com “mais esta boa notícia nacional que vem satisfazer uma legítima aspiração” da população das Flores, com reflexos positivos também para a vizinha Ilha do Corvo. O grupo ocidental do arquipélago açoriano fica assim com melhores condições de acessibilidade, através da implementação de uma medida que evidencia impacto social e económico.

Já este mês se deslocou à Ilha das Flores uma equipa constituída por elementos do INAC (Instituto Nacional de Aeronáutica Civil), da

ANA (Aeroportos e Navegação Aérea) e da própria transportadora aérea regional, SATA/Air Açores. Esta equipa multidisciplinar já procedeu à análise das diversas alternativas de adaptações necessárias para a certificação do sistema de sinalização luminosa do Aeroporto das Flores.

A visita de Victor Cruz à Ilha das Flores permitiu confirmar localmente o andamento deste processo, no decorrer dos diversos contactos que desenvolveu em Santa Cruz e Lajes, na segunda e terça-feira. O líder da “Coligação Açores” aproveitou ainda para denunciar o “insuficiente investimento regional” que tem sido realizado na ilha mais ocidental do arquipélago açoriano.

«É possível duplicar o investimento nas Flores»

Victor Cruz recordou que o governo regional socialista tinha prometido, nos últimos oito anos, 45 milhões e 320 mil euros para a Ilha das Flores, mas executou somente 39 milhões e 600 mil euros. Portanto, concluiu, “ficaram por executar 5 milhões e 700 mil euros, mais do que está previsto no Plano para 2004”. Na sua opinião, “os florentinos não estão satisfeitos com a governação do PS e acreditam que é possível fazer muito mais para deixarem de estar numa segunda divisão do desenvolvimento regional”.

O candidato a Presidente do Governo Regional defendeu a necessidade de canalizar um maior investimento público e privado para a melhoria das condições de vida na Ilha das Flores, designadamente, através da criação de uma das Sociedades de Desenvolvimento Local preconizadas pela “Coligação Açores”. Victor Cruz assegurou que esta solução “permite duplicar o investimento nas Flores”, com a aposta determinada de um governo liderado pelo PSD e com a actuação estratégica de parcerias público-privadas.

As Sociedades de Desenvolvimento que o Governo Regional da “Coligação Açores” pretende implementar nas diferentes parcelas do nosso arquipélago “vão cumprir uma nova ambição no processo de desenvolvimento regional e projectar mais investimento em todas as ilhas”, afirmou Victor Cruz, demonstrando assim que “é possível fazer mais e melhor quando se acredita na cooperação e se aposta na capacidade dos agentes



económicos”.

O líder açoriano explicou que as Sociedades de Desenvolvimento são um modelo “já testado e bem sucedido” de investimento multiplicador em realidades geográficas semelhantes à Região Autónoma dos Açores, como no caso do arquipélago madeirense. Por exemplo, na Ilha do Porto Santo, com dimensão e população inferiores à maioria das ilhas açorianas, foi criada uma Sociedade de Desenvolvimento que já concretizou 16 grandes obras de interesse público apenas durante os últimos quatro anos.

A gestão social-democrata do Governo Regional da Madeira “conseguiu atingir níveis de desenvolvimento que a governação socialista dos Açores, infelizmente, não soube acompanhar minimamente”, considerou Victor Cruz nas suas declarações à comunicação social. No final de oito anos de governo PS, a Ilha das Flores “continua a marcar passo, num triste retrato da actual situação açoriana”, acrescentou.

Estrada Santa Cruz/ Lajes vai ser beneficiada

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional assegurou que o projecto alternativo que lidera “oferece aos florentinos as melhores soluções para inverter a situação actual e acelerar o investimento na ilha”. A dinamização de portos de recreio, a melhoria das condições rodoviárias da estrada regional entre as vilas de Santa Cruz e Lajes e a recuperação do porto de pesca da freguesia de Ponta Delgada são algumas das propostas concretas que Victor Cruz apresentou para beneficiar a população local e servir melhor o turismo.

Para o líder do PSD, a Ilha das Flores “não pode continuar a ficar para trás”, porque “precisa e merece um verdadeiro impulso de crescimento social e económico”. Por isso, a Sociedade de Desenvolvimento da Ilha das Flores, que o governo presidido por Victor Cruz se propõe implementar, vai criar condições para atenuar os condicionalismos da chamada “dupla insularidade” e contrariar uma “tendência muito preocupante” para a redução significativa da sua população.

A população da Ilha das Flores era de 3.907 habitantes no censo de 2001, representando um decréscimo de 10% relativamente à década anterior. O seu poder de compra é de 50% da média nacional, quando nos Açores é de 65%. Os florentinos encontram-se também penalizados na área social, com uma taxa de mortalidade infantil de 15,5% (7,5% nos Açores), uma taxa de médico por mil habitantes de 0,7% (1,7% nos Açores) e uma taxa de enfermeiros por mil habitantes de 2,3% (4,5% nos Açores). A sua população envelhecida traduz-se na existência de 1.125 pensionistas, equivalente a 29% da população da ilha.

No decorrer da sua deslocação à Ilha das Flores, Victor Cruz participou nas comemorações do feriado municipal das Lajes, que assinalaram o encerramento da “Festa do Emigrante”, e desenvolveu diversos contactos de natureza popular nos dois concelhos. O líder social-democrata, que reuniu igualmente com a Comissão Política de Ilha, fez-se acompanhar do secretário-geral do PSD, José Manuel Bolieiro, e do deputado regional Humberto Melo.

– Fonte: PSD/Açores





Notícias de Óbidos

Mais de 25.000 visitantes no 1º dia do «Mercado Medieval de Óbidos»

O Mercado Medieval de Óbidos atrai, nos primeiros quatro dias, cerca de 25 mil visitantes. “Uma aposta ganha”, diz a organização, patrocinada por esta autarquia modelo, de raiz PSD, para quem o sucesso da edição deste ano “está já garantida”. Apesar de se prever menos público durante a semana, o próximo fim-de-semana promete trazer a Óbidos milhares de pessoas. A organização prevê atingir, este ano, os 70 mil visitantes.

Segundo Francisco Salvador, presidente do conselho de administração da ‘Óbidos Patrimonium’, a empresa municipal



O primeiro dia do Mercado Medieval

Apesar das expectativas da organização serem elevadas em relação ao Mercado Medieval de 2004, o número de pessoas que se deslocou a Óbidos no primeiro dia deste certame, dedicado aos Ofícios e Mesteres, ultrapassou as previsões. Mais de 3 mil pessoas vieram até a esta Vila Medieval e deram um “mergulho na história”, tendo assistido a uma série de espetáculos ambulantes na Cerca do Castelo.



responsável pela organização, “tudo tem corrido muito bem até aqui”. Mesmo nos dias com maior afluência de público, sábado e domingo, onde poderiam surgir algumas dificuldades, “não houve registo de quaisquer problemas”.

“Tenho a certeza que as pessoas têm saído daqui muito satisfeitas. A animação é constante, a gastronomia é uma delícia e a viagem ao passado é uma realidade”, sublinhou aquele responsável.



A PSP celebrou os seus 137 anos com cerimónia na Praça do Império

No início deste mês, a Polícia de Segurança Pública cumpriu os seus 137 anos, que celebrou com uma cerimónia comemorativa na Praça do Império, com a presença e entrega da galardões pelo então Ministro da Administração Interna.

Houve um desfile, em que a PSP apresentou a sua Banda Sinfónica, a que se seguia o bloco de Estandartes Nacionais, o pelotão de Escolta de Honra, o Bloco de Guiões e as forças apeadas que integravam 1 companhia a dois pelotões de cadetes do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna; 1 pelotão cinotécnico; 2 companhias a dois pelotões do Corpo de Intervenção; 2 companhias a quatro pelotões do Comando Metropolitano de Lisboa e dos Comandos de Polícia de Santarém, Setúbal e Leiria e 1 companhia a dois pelotões de agentes femininos do Comando Metropolitano de Lisboa.

Seguiam-se as forças motorizadas eram constituídas por 56 motocicletas; 45 carros patrulha; 6 viaturas de Intervenção Rápida (TP9); 6 viaturas das Equipas de Investigação Criminal; 3 motocicletas afectos ao projecto “escola segura”; 8 viaturas afectas ao projecto “escola segura”; 2 viaturas “posto de comando”; 2 postos móveis de atendimento; 2 viaturas para transporte de detidos; 8 viaturas de segurança pessoal; 2 motocicletas descaracterizadas de operações especiais; 4 viaturas de operações especiais; 1 viatura de negociação; 1 viatura das equipas de inactivação de engenhos explosivos; 1 reboque e contentor móvel para transporte de cargas suspeitas; 1 viatura de segurança em subsolo; 1 viatura de Comando, Controle e Comunicações e ainda ambulâncias, viaturas de transporte cinotécnico, viaturas de ordem pública de tipo TP 8, viaturas de transporte



para ordem pública, viaturas com canhão de água, reboques, gruas e ainda uma carreira-de-tiro móvel e 1 camião-exposição.

A escolta de honra ao Bloco de Estandartes Nacionais foi constituída por 1 pelotão do Corpo de Intervenção (CI).

Um pouco de História

A Polícia de Segurança Pública é a herdeira do Corpo de Polícia Cívica, criado em 2 de Julho de 1867, por D. Luís, Rei de Portugal, e tem como divisa “Pela ordem e pela Pátria».

As suas origens remontam ao século XIV, quando D. Fernando, para vigiar o sossego público da cidade de Lisboa, criou um corpo de agentes policiais, denominado “Corpo de Quadrilheiros”.

A Polícia da Corte e do Reino, a Guarda Real de Polícia e a Guarda Nacional, que lhe sucederam no tempo, constituem, do mesmo modo, marcos na evolução histórica da polícia portuguesa.

A PSP tem uma organização única para todo o Território Nacional, competindo-lhe, genericamente, prevenir a criminalidade e assegurar a ordem e tranquilidade públicas, no respeito da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos e na prossecução dos objectivos definidos pela lei e pelo Governo.

O seu Estandarte ostenta, entre outras, as seguintes condecorações: Grande Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito; Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo; Medalha de Ouro de Serviços Distintos de Segurança Pública e símbolo de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis.

Comunidade Urbana do Douro

Autarca de Vila Real eleito Presidente da Comissão Instaladora

O presidente da Câmara de Vila Real, Manuel Martins, foi eleito, no passado dia 21, presidente da Comissão Instaladora da Comunidade Urbana do Douro (ComUrb Douro), formada por 14 municípios da região duriense.

Reunidos em Vila Real, os presidentes dos municípios que integram a ComUrb Douro elegeram o autarca daquela cidade para presidente da Comissão Instaladora, que terá agora de organizar as eleições para a Assembleia da Comunidade.

As eleições ficaram agendadas para 8 de Outubro, entre as 17:00 e as 19:00, em todos os municípios, sendo que só podem votar os deputados eleitos nas respectivas assembleias municipais.



O Presidente da CM Vila Real, Manuel Martins, eleito Presidente da ComUrbDouro

A Comissão Eleitoral é constituída pelo autarca de Vila Real e pelos presidentes das câmaras de Alijó, Moncorvo, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa.

Segundo Manuel Martins, os órgãos sociais da ComUrb Douro, que foi formalmente constituída a 29 de Junho durante um viagem de barco pelo rio Douro, deverão estar definitivamente instalados até ao final do ano.

A constituição desta comunidade vem assim concretizar a divisão em duas comunidades urbanas que cobrem o território de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A sede da ComUrb Douro, que segundo Manuel Martins vai congrega municípios que partilham uma economia e interesses comuns,

ficará instalada em Vila Real.

O autarca frisou que esta comunidade, que representa mais de 150 mil habitantes, tem como objectivo uma maior coordenação de investimentos e a solução de problemas locais que uma autarquia não consegue ver resolvidos de forma isolada.

A ComUrb Douro conta com a participação das autarquias de Murça, Sabrosa, Vila Real, Mesão Frio, Peso da Régua, Alijó, Santa Marta de Penaguião, Lamego, Armamar, Tabuço, São João da Pesqueira, Carrazeda de Ansiães, Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo, que fazem parte dos distritos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda. – Fonte: Lusa

Notícias de Coimbra

O Presidente da Câmara Municipal apoia ambicioso projecto ambiental que produzirá, brevemente, bio-diesel

Carlos Encarnação, na sua qualidade de Presidente da Câmara de Coimbra, vai apresentar, em parceria com a Universidade, através do seu Departamento de Engenharia Química, um projecto ambicioso (que começará pela criação de uma unidade-piloto) de tecnologia de ponta e do maior interesse ambiental, que consiste, fundamentalmente, na produção e utilização do bio-diesel, combustível obtido a partir de óleos de alimentação usados ou ainda outros tipos de gordura que, em vez de lançados aos esgotos (e são materiais considerados altamente poluentes) passarão a ser tratados e adicionados até 20% ou mais, aos combustíveis dos veículos a gasóleo, sem qualquer prejuízo para os motores ou para o rendimento das respectivas viaturas.

Outra vantagem do bio-diesel é a substancial diminuição dos poluentes lançados pelos motores para a atmosfera.

As experiências levadas a cabo em 2003, com bio-diesel produzido ainda laboratorialmente, em quantidades reduzidas, foram absolutamente positivas e inclusivamente o novo combustível é utilizado na viatura de

serviço de Carlos Encarnação. Só a utilização das pequenas quantidades disponíveis permitiu, adicionalmente, uma redução de mais de 15.000 Euros, nas despesas de combustível das viaturas que serviram o teste.

A Câmara e a Universidade vão agora partir para a construção de uma unidade-piloto de produção industrial, para o que estão a apresentar uma candidatura Agência de Inovação, SA (Adi), que poderá financiar até 75 % do projecto, ficando os restantes 25 % a cargo da autarquia, que contemplará essa verba no ano económico de 2005.

A demonstração dos resultados finais do projecto, será feita junto da Agência Regional de Energia do Centro (AREAC).

O projecto tem a duração de dois anos e os seus custos estão calculados em cerca de 180.000 Euros.

As quantidades de óleos alimentares usados e lançados aos esgotos sem qualquer tratamento prévio, estão a ser avaliadas, mas só nos hospitais da cidade e nos estabelecimentos de ensino superior, estas quantidades são muito significativas. O conjunto dos estabelecimentos de hotelaria da cidade,



Uma carrinha “todo-terreno” da frota da Câmara, que funciona a bio-diesel há um ano.

também utiliza e lança aos esgotos, juntamente com o consumo privado, talvez alguns milhares de toneladas por ano.

Além de evitar a contaminação grave do sistema de esgotos domésticos urbanos, o tratamento dos óleos usados, por um processo conhecido como esterificação, produzirá um combustível barato e pronto a usar, que reduz as emissões poluentes dos escapes.

Carlos Encarnação, referindo-se ao projecto, lembrou que “está certo do sucesso empresarial deste projecto. Iniciativas amigas do ambiente, que visam processos de reciclagem e que reduzem consideravelmente custos de operação de frotas a diesel, têm valor acrescentado duplo”, afirmou.

– Fonte Gab. Imprensa CM Coimbra



Notícias de Cascais

A segunda maior prova mundial de vela decorre na Baía de Cascais

● 30º Festival do Estoril

De 26 a 31 de Julho a Baía de Cascais está a ser palco de uma das mais importantes provas de Vela mundiais (considerada a segunda, logo após a «America's Cup») uma das regatas integrantes do circuito anual do Swedish Match Tour, o principal campeonato mundial de vela profissional, em provas match racing “à melhor de cinco”, com a presença dos mais famosos e melhores «skippers» do Mundo.

Trata-se da primeira «Portugal Match Cup» e conta com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, Junta Turismo da Costa do Estoril, Clube Naval de Cascais, entre outros.

Os doze skippers de topo mundial, oito dos quais participantes assíduos da Taça América, participam nesta prova, onde teremos uma tripulação portuguesa, liderada pelo «skipper» Francisco Neto, do “Team Henri Lloyd - Clube Naval de Cascais”.

Trata-se de um conjunto de provas anual e altamente profissionalizado que serve de treino e apuramento para a «America's Cup», tendo o mesmo formato, regras, juizes e «skippers».

O Governo de Portugal tem manifestado, como representante do país anfitrião, o maior interesse e apoio por esta prova, como foi em tempo declarado pelo anterior Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut e com esse apoio a Câmara de Cascais, liderada por António Capucho e pelo PSD, reuniu uma ampla plataforma de cooperação extensiva ao ICEP, Junta de Turismo da Costa do Estoril, Swedish Match Tour, Federação Portuguesa de Vela, Clube Naval de Cascais, Marina de Cascais e Sun Sailing Team, empresa do Grupo Sá Machado que detém os direitos de organização do evento.

A competição é disputada “à melhor de cinco”, decorrendo

próximo da costa e dos espectadores, com enfoque no trabalho de equipa e na estratégia.

O prémio final atinge mais de 800 mil euros acumulados ao longo do circuito e 150 mil euros por etapa. O «Swedish Match Tour» representa já cerca de 150 horas de cobertura televisiva para mais de 426 milhões de lares em todo o Mundo. Se a todos estes registos se juntar a referência de 150 mil pessoas, que fazem a média de assistência por evento, reforça-se o “estatuto” adquirido pela prova como a segunda competição mediaticamente mais relevante a nível mundial, logo a seguir à «Taça América» e é praticamente impossível de contabilizar o que representa de publicidade e divulgação para Portugal e especialmente para a região da “linha” Cascais/Estoril.

Como decorre a regata

O campo de regatas é a maravilhosa baía de Cascais e o percurso é orientado barlavento/sotavento, tendo por referência 3 fases, das quais a primeira foi de apuramento, em que cada concorrente encontra uma vez cada um dos seus adversários. Os oito concorrentes com maior número de vitórias passam à fase seguinte.

Segue-se uma fase de eliminatórias, quartos de final, onde os concorrentes se eliminam por encontros em que o vencedor é o primeiro que obtiver duas vitórias.

Finalmente os quatro vencedores da fase anterior disputarão as meias-finais e a final, onde o vencedor é o primeiro que obtiver três vitórias.

30º Festival do Estoril

Realizou-se no Domingo, dia 18, no Auditório do Centro de Congressos do Estoril, o Concerto de Abertura do 30º Festival do Estoril, que de corre de 16 de Julho a 5 de Agosto.

Este concerto contou com a participação da célebre Camerata Lysy Gstaad, tendo o Prof. Alberto Lysy como maestro e violino solo e Pablo de Naverán no violoncelo, num programa de música argentina em



homenagem ao compositor Astor Piazzolla por ocasião da celebração do 75º aniversário do seu nascimento.

O projecto Mare Nostrum, iniciado com êxito em 2003, é o tema principal do 30º Festival do Estoril/Semanas de Música do Estoril 2004, tema que se pretende desenvolver com continuidade nos próximos anos.

A edição deste ano teve início com o concerto de ante-estreia, no dia 16, no Teatro Municipal São Luís, em Lisboa, com a Orquestra Sinfónica Portuguesa do Teatro Nacional São Carlos, dirigida pelo maestro Wojciech Michniewski. Participaram os solistas Sara Mingardo (contralto) e Ana Paula Russo (soprano).

As Semanas de Música do Estoril seguir-se-ão com a apresentação de

vários concertos, em que a grande maioria terá lugar no Centro de Congressos do Estoril, mas também no Hotel Palácio e no Centro Cultural de Cascais.

Ainda ligados a este evento estão o 41º Concurso de Música do Estoril; o III Encontro Nova Geração de Compositores do Mediterrâneo, a decorrer entre 1 e 4 de Agosto, na Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril; e a Conferência “A Cultura do Mediterrâneo na Música de Hoje”, pelo Prof. Henzo Retagno (Universidade de Turim), dia 4 de Agosto, no Museu Condes de Castro Guimarães. Também neste Museu estão a realizar-se “mesas redondas”, com a participação de vários compositores nacionais e estrangeiros. – Fonte: CM Cascais



Em Figueira de Castelo Rodrigo

Fernando Negrão presidiu, este ano ao «Dia Nacional dos Avós»

O Dia Nacional dos Avós celebrou-se este ano, na segunda-feira, em Figueira de Castelo Rodrigo com a participação de mais de mil idosos oriundos de todo o distrito da Guarda.

O Dia Nacional dos Avós foi aprovado na Assembleia da República a 22 de Maio de 2003 por iniciativa da deputada do PSD eleita pelo distrito da Guarda, Ana Manso, e pela primeira vez celebrado a 26 de Julho daquele ano em Trancoso com a presença do então Primeiro-Ministro, Durão Barroso.

A instituição deste dia no Parlamento teve em conta o “reconhecimento do papel fundamental dos avós quer ao nível mais restrito da família quer no plano mais alargado da sociedade em geral”.

Baseando-se em dados do Instituto Nacional de Estatística, Ana Manso referiu, na altura, que a população com mais de 65 anos constitui 16,35 por cento dos portugueses e as pessoas com idades compreendidas entre 50 e 60 anos rondam os 24 por cento.

O presidente da autarquia de



Figueira de Castelo Rodrigo, Armando Pinto Lopes, disse que a celebração no concelho tem grande significado atendendo que cerca de um terço dos 7.100 residentes são idosos.

O autarca realçou ainda o esforço do Município na ocupação dos idosos pelo que recentemente criou um programa específico para pessoas com mais de 65 anos que irão receber três euros/hora por trabalhos de interesse

comunitário como valorização de espaços públicos e limpeza de jardins e ruas.

Designado por Programa Operacional para Reformados, Pensionistas e Pessoas Portadoras de Deficiência, esta iniciativa municipal tem uma dotação inicial de 50 mil euros, montante que pode aumentar com eventuais doações, subsídios ou donativos por entidades públicas ou

privadas.

O programa realiza-se entre Junho e Setembro e prevê, entre outras ocupações, a pintura e conservação de mobiliário urbano e equipamentos públicos, pequenos arranjos, limpeza e arranjo de caminhos, desmatação do perímetro urbano e de outros locais que careçam desta género de intervenção, embelezamento e beneficiação de cemitérios, reconstrução de muros, paredes, vedações, calçadas e passeios.

A celebração do Dia Nacional dos Avós em Figueira de Castelo Rodrigo é encarada por Armando Pinto Lopes como “um incentivo a este esforço municipal, um apoio e reconhecimento dos idosos do interior”.

As comemorações deste ano, compreenderam uma recepção na Câmara Municipal e um almoço-convívio com todos os idosos participantes, na freguesia de Escalhão, que foi presidido pelo ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Fernando Negrão. - Fontes: Lusa e Gab. Imprensa CMFR

Notícias do Porto

Regulação do processo urbanístico e enquadramento da «Casa da Música»

A Câmara do Porto aprovou, no dia 20, o prolongamento por mais um ano das Medidas Preventivas, que regulam os processos urbanísticos da cidade enquanto não é aprovado o novo Plano Director Municipal.

A proposta foi aprovada com os votos a favor dos vereadores da maioria e a abstenção da CDU.

As Medidas Preventivas substituem o Plano Director Municipal do Porto, entretanto caducado, enquanto não é aprovada uma nova versão do documento.

Esta proposta foi levada à reunião pública da autarquia na sequência do atraso na elaboração do novo Plano Director Municipal (PDM), já que a vigência das MP termina a 6 de Setembro.

A proposta de manutenção das medidas preventivas, vem deixar tempo aos vereadores para que “o documento mais importante que será votado em todo o mandato”, ou seja, o novo PDM, seja bem analisado por todos os vereadores.

No final da reunião, o vereador do Urbanismo, Ricardo Figueiredo, afirmou aos jornalistas que o novo PDM vem de encontro ao que os portugueses sufragaram nas autárquicas de 2001.

“Acaba com o excesso de construção, baixa o nível dos edifícios e aposta na reabilitação da baixa e requalificação da zona industrial da cidade”, disse, justificando o atraso na elaboração do PDM com a tardia publicação da lei que prevê a criação das sociedades de reabilitação urbana.

A oposição do PS à medida agora aprovada vem de que, segundo aquele vereador da maioria, “...o PS tem medo do novo PDM, porque quer continuar com a política da especulação imobiliária, com o caos urbanístico”. O vereador confirmou que o novo PDM subirá à próxima reunião de câmara, uma vez que se tinha comprometido a apresentá-lo ao executivo até às férias de Verão.

“Se o executivo preferir adiar a sua votação, tudo bem. A decisão é do executivo, que é soberano”, concluiu.

Entretanto, a Câmara resolveu anular a cedência de um terreno junto à Casa da Música, ao Conservatório de Música da cidade, justificando a decisão com a exiguidade do espaço.

A maioria demonstrou que existem “obstáculos” à construção do novo conservatório naquele terreno, nomeadamente a exiguidade de espaço, que impede a existência de um recreio e

obriga a uma volumetria em altura superior às normas para construção escolar.

A instalação do Conservatório de Música do Porto em parte dos terrenos da antiga “remise” da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) foi pensada no âmbito do projecto da Casa da Música, mas, com a decisão de hoje, os dois equipamentos deverão ficar separados.

Antevendo esta decisão, a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) propôs em Maio o encerramento da Escola Secundária Carolina Michaelis, para aí ser instalado o Conservatório de Música.

Na proposta hoje aprovada, Rui Rio demonstra que o terreno anteriormente destinado ao conservatório “revela-se agora de importância vital para a implementação de uma solução urbanística de enquadramento da casa da Música”.

O anterior executivo camarário, presidido por Nuno Cardoso (PS), vendeu à imobiliária Adicais (grupo Banco Português de Negócios) a maior parte do terreno nas traseiras da Casa da Música, tendo restado apenas a pequena parcela que tinha destinado ao Conservatório.



Para não cortar o corredor visual proporcionado pelos dois vidros nos topos do Grande Auditório da Casa da Música, o arquitecto contratado pela Adicais, Ginestal Machado, desenhou um buraco no novo prédio.

A perda de capacidade de construção a que este buraco obrigou teria de ser compensada com o aumento da altura do novo prédio ou com a extensão do edifício para a parcela de terreno destinada ao conservatório.

Após negociações com a Câmara do Porto, Ginestal Machado optou pela alternativa do alargamento, mantendo a altura do prédio na norma inicial. - Fonte: Gab. Imprensa CML porto



Vaga de calor e ventos fortes desencadeiam vaga de incêndios

Governo acompanha e coordena combate

O secretário de Estado adjunto do Turismo, Carlos Martins, deslocou-se domingo à noite a Monchique, a pedido do Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes, para tomar conhecimento da evolução do incêndio que lava na zona.

Falando a jornalistas, Carlos Martins disse que «...foi o Primeiro-Ministro quem me telefonou há pouco e me pediu para tomar conhecimento da situação no terreno, para que o Governo pudesse dar todo o apoio necessário, apesar da presença do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, e porque o governo está preocupado com a questão dos incêndios que assolam o país».

Carlos Martins considerou que «...não há, para já, uma situação tão grave como a vivida o ano passado,



mas é muito preocupante. Em relação ao Algarve, esta zona é considerada um verdadeiro “pulmão” mas, no entanto, penso que não terá efeitos negativos ao nível do turismo e continuará a ser bastante procurada logo que os fogos esteja dominados», acrescentou.

Por seu lado, o ministro da Administração Interna afirmou hoje, falando durante uma deslocação ao posto de comandos de operações dos bombeiros em Bocal, Mafra que, nos últimos dois dias, o número de incêndios em Portugal aumentou relativamente ao mesmo período de 2003, embora os incêndios tenham sido mais rapidamente dominados.

Daniel Sanches manifestou a sua preocupação e a do Governo, afirmando que, por muitos meios que existam, «nunca são suficientes em situações deste tipo, seja em que país for onde se verificarem, e daí que haja esquemas de auxílio ao nível da União Europeia», acrescentando que Portugal já solicitou apoio à UE e teve uma resposta positiva por parte da Grécia, que vai enviar dois aviões de combate a fogos “Canadair”.

Há hora de fechar esta edição do «Povo Livre» esperava-se uma conferência de Imprensa do Ministro, para um ponto geral de situação. –

Fonte: Lusa, PL



Eleições nas Distritais do PSD

Virgílio Costa foi eleito em Braga e Carlos Coelho escolhido por Santarém

Os militantes da Distrital de Braga do PSD elegeram, sexta-feira à noite, com 235 votos, o deputado Virgílio Costa para presidente da Comissão Política, com 64 votos em branco ou nulos. Para o Conselho Jurisdicional foi eleito Jorge Moreira da Silva, e para a Mesa da Assembleia Distrital, José Manuel Fernandes, ex-presidente da CPD.

O novo presidente da Distrital tomou no dia seguinte, numa cerimónia à qual presidiu o Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas.

Por outro lado, e no que se refere à eleição de delegados à Assembleia Distrital, os militantes da Secção Concelhia de Braga do PSD votaram maioritariamente na lista A, liderada

pelo actual secretário de Estado da Justiça, Miguel Macedo.

A lista de Miguel Macedo, inclui a maioria dos militantes notáveis bracarenses, seguindo-se Ricardo Rio, António Marques, presidente da Assembleia de Secção, Carlos Alberto Pereira, primeiro vereador na Câmara, João Granja, coordenador da bancada “laranja” na Assembleia Municipal, Goreti Machado, deputada, Manuel Cuiça Sequeira, membro da Comissão Política, Hugo Soares, líder da JSD, e Firmino Marques, presidente da Junta de S. Victor.



Carlos Coelho eleito por Santarém

Nas eleições para a Distrital de Santarém, o eurodeputado Carlos Coelho foi reeleito, sexta-feira à noite, para o cargo de presidente da Comissão Política Distrital, com mais de 400 votos.

A lista encabeçada por Carlos Coelho obteve 418 votos, enquanto a Mesa da Distrital - que é liderada pelo secretário-geral do partido, Miguel Relvas - obteve o apoio de 452 militantes.

Já para o Conselho Distrital de Jurisdição, a lista, liderada por Eurico Saramago, contou com 472 votos. - **Fonte: Lusa**

Ministros e Secretários de Estado

Elenco completo do XVI Governo

Com a posse dos Secretários de Estado, ficou completo o XVI Governo Constitucional, cuja constituição é a seguinte:

Primeiro-Ministro: Pedro Santana Lopes.

Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho: Álvaro Barreto, com o Secretário de Estado-Adjunto e do Trabalho: Luís Miguel Pais Antunes; Secretário de Estado do Desenvolvimento Económico: Manuel Corrêa de Barros de Lencastre e a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho.

Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar: Paulo Portas; Secretário de Estado-Adjunto e dos Antigos Combatentes: José Manuel Pereira da Costa;

Secretário de Estado para os Assuntos do Mar: Nuno Maria Fernandes Pinto Magalhães Thomaz.

Ministro de Estado e da Presidência: Nuno Morais Sarmento; Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: Domingos Jerónimo; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Presidência: Feliciano José Barreiras Duarte.

Ministro das Finanças e da Administração Pública: António Bagão Félix; Secretário de Estado do Orçamento: Manuel Ferreira Teixeira; Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: Orlando Pinguinha Caliço; Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças: Luís Miguel Gubert Morais Leitão e Secretária de Estado da Administração Pública: Sofia de Sequeira Teixeira Galvão.

Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades



Portuguesas: Embaixador António Negócios Estrangeiros e da Monteiro; Secretário de Estado dos Cooperação: Henrique José Praia da

Conselho de Ministros

Aprovado o Programa do Governo

Na sua reunião do dia 23, o Conselho aprovou o programa do XVI Governo Constitucional. No final da reunião, o Ministro de Estado e da Presidência, Nuno Morais Sarmento, afirmou que o programa do Governo «segue a mesma orientação» do programa do anterior governo. O Ministro da Presidência anunciou também que o Conselho de Ministros decidiu reforçar as equipas do Ministério da Educação para resolver as reclamações sobre o processo de colocação de professores. Nuno Morais Sarmento revelou ainda que a próxima reunião do Conselho de Ministros vai realizar-se quinta-feira, dia 29, no Porto.

Conforme nota do Ministro de Estado, o Conselho, além da apreciação e aprovação do Programa de Governo, tomou conhecimento dos relatórios de execução e de inventariação de medidas e acções, relativas aos Incêndios Florestais, à Segurança Balnear, à Sinistralidade Rodoviária e à Abertura do Novo Ano Escolar, conforme solicitado pelo Primeiro-Ministro no Conselho de Ministros da passada segunda-feira.

É de notar que, apesar do esforço dispendido com a elaboração do programa do Governo, foi possível, em apenas quatro dias, a recolha dos dados necessários a uma verificação exaustiva e a um levantamento concreto e rigoroso dos pontos referidos.

Assim, sobre Incêndios Florestais, a análise comparativa entre as condições meteorológicas verificadas entre 1 de Junho (data de accionamento do Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais), e 20 de Julho de 2004, e em igual período de 2003, permite concluir que, este ano, se têm registado condições mais adversas, e por conseguinte, mais propícias à deflagração de incêndios.

Conjugando as quatro variantes meteorológicas (precipitação, temperatura, humidade do ar e intensidade do vento), o índice de risco em 2004 é superior ao verificado em 2003. Numa escala de 1 a 5, este ano o índice é de 2.56 contra 2.01 no ano passado.

Apesar das condições mais adversas, e segundo dados da Direcção-Geral de Recursos Florestais, no período de 1 de Janeiro a 11 de Julho, ocorreram menos 1203 incêndios que em igual período de 2003.

No que respeita a meios de combate aos incêndios florestais, comparativamente com 2003, existe um reforço efectivo, tanto no que respeita a pessoal (mais 297 efectivos), como a meios terrestres (mais 70 unidades) e aéreos (mais 2 unidades).

De salientar ainda que – e este é um dado muito importante – todos os incêndios têm sido extintos em menos de 24 horas, havendo apenas 7 cujo tempo de extinção foi superior a 48 horas.

Segurança Balnear

Em relação a este domínio, o Conselho de Ministros, face ao relatório apresentado, pôde constatar designadamente que se verifica um decréscimo de acidentes mortais face a igual período do ano passado.

Sublinha-se a suficiência dos meios empregues, designadamente na formação de nadadores salvadores. Este ano, foram formados mais 3000.

Verifica-se também um decréscimo de acidentes mortais face a igual período no ano passado. Até agora, desde o início da época balnear, apenas se verificaram 2 acidentes mortais em praias vigiadas e 6 em praias não vigiadas.

Sinistralidade Rodoviária

Embora o número de acidentes rodoviários continue a ser elevado, devemos assinalar um decréscimo da sinistralidade, que se concretiza em menos 107 vítimas mortais do que em igual período do ano anterior.

Mantendo-se esta tendência, será possível alcançar os objectivos fixados no Plano Nacional Rodoviário para 2003/2010. É, portanto, uma evolução positiva, que com o reforço de meios se espera poder continuar.

Abertura do novo Ano Escolar

Identificados os problemas que surgiram no decorrer do processo de colocação dos professores, foram reforçadas as equipas do Ministério da Educação responsáveis por resolver as cerca de 30 mil reclamações (num universo total de 110 mil candidaturas), o que explica a morosidade do processo.

O Governo prevê a publicação das listas entre 28 e 30 de Agosto e confirma a abertura do ano lectivo, na data prevista, isto é, a 16 de Setembro.

Estes são os dados resultantes dos pontos de situação que o Governo entende que são necessários à vida dos portugueses, pedidos pelo Primeiro-ministro, na passada segunda-feira e que foi possível reunir em apenas quatro dias.

– Fonte: Portal do Governo

Ministros e Secretários de Estado

Elenco completo do XVI Governo

Rocha de Freitas; Secretário de Estado dos Assuntos Europeus: Mário Henrique de Almeida Santos David e Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas: Carlos Alberto Silva Gonçalves.

Ministro da Administração Interna: Daniel Sanches; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Administração Interna: António Paulo Martins Pereira Coelho e Secretário de Estado da Administração Interna: Nuno Miguel Miranda de Magalhães.

Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional: José Luís Arnaut; Secretário de Estado da Administração Local: José de Almeida Cesário e Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional: José Eduardo Rego Mendes Martins.

Ministro da Justiça: José de Aguiar Branco; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Justiça: Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel; Secretário de Estado da Justiça: Miguel Bento Martins da Costa Macedo e Silva e Secretário de Estado da Administração Judiciária: António Alberto Rodrigues Ribeiro.

Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas: Carlos da Costa Neves; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas: Carlos Manuel Duarte de Oliveira; Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação: David Ribeiro de Sousa Gerales e Secretário de Estado das Florestas: Luís António de Pires Pinheiro.

Ministra da Educação: Maria do Carmo da Costa Seabra; Secretário de Estado-Adjunto e da Administração Educativa: José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro e Secretário de Estado da Educação: Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio.

Ministra da Ciência e Ensino Superior: Maria da Graça da Silva Carvalho; Secretário de Estado da Ciência e Inovação: Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes

Ministro da Saúde: Luís Filipe Pereira; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Saúde: Mário Patinha Antão e Secretária de Estado da Saúde: Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos.

Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança: Fernando Negrão; Secretária de Estado-Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança: Maria do Rosário Cardoso Águas.

Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: António Mexia; Secretário de Estado-



Adjunto e das Obras Públicas: Jorge Fernando Magalhães da Costa e Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações: Jorge Manuel Martins Borrego.

Ministra da Cultura: Maria João Bustorff Silva; Secretário de Estado dos Bens Culturais: José Manuel Amaral Lopes e Secretária de Estado das Artes e Espectáculos: Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro.

Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território: Luís Nobre Guedes; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território: Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva.

Ministro do Turismo: Telmo Correia; Secretário de Estado-Adjunto do Ministro do Turismo: Carlos José das Neves Martins.

Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro: Henrique Chaves; Secretário de Estado da Juventude: Pedro Miguel de Azeredo Duarte e Secretário de Estado do Desporto: Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.

Ministro dos Assuntos Parlamentares: Rui Gomes da Silva.

Entrega e discussão do Programa do Governo na Assembleia da República

Num trabalho intensivo, a equipa ministerial coordenada por Santana Lopes terminou rapidamente o Programa do Governo, que foi aprovado em Conselho de Ministros – como relatamos noutra local desta

edição – e foi entregue na Assembleia da República, numa cerimónia simples com a presença do Presidente da Assembleia, Mota Amaral.

Foi a primeira vez que um chefe do Executivo entrega pessoalmente este documento ao Parlamento, conforme sublinhou Pedro Santana Lopes, dizendo: «Tenho a honra que seja a primeira vez que o primeiro-ministro venha entregar pessoalmente o programa do Governo»

Para o primeiro-ministro, esta atitude «simboliza o respeito do Governo pela Assembleia da República», órgão do qual emana.

O programa do Governo foi entregue em formato CD, e após um curto encontro de cinco minutos com Mota Amaral, Santana Lopes não fez comentários sobre o seu conteúdo, dizendo que «Não vamos antecipar o debate do programa do Governo», mas esclarecendo que o gabinete do presidente da Assembleia da República e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva, vão assegurar a entrega do documento aos diferentes grupos parlamentares e anunciou que o programa estará disponível na Internet, a partir das três da tarde desse dia.

Assim aconteceu e o programa está ser discutido na Assembleia no momento em que fechamos esta edição do «Povo Livre», pois na conferência dos líderes parlamentares, subsequente à entrega do Programa, ficou decidido que a apresentação seria feita na manhã do dia 27 (terça-feira) pelo Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, cuja

intervenção não terá limite de tempo, como é habitual nestas situações, tendo os diversos partidos direito a pedir esclarecimentos.

O debate decorreu na terça-feira à tarde, com tempos reduzidos em relação às anteriores apresentações de programas de Governo.

Na manhã de hoje, dia 28, é feito o encerramento do debate, com votação das moções de rejeição e de um eventual voto de confiança a apresentar pelo Governo.

Pontos fundamentais do programa

O Programa é composto por uma introdução e quatro blocos principais, cujos títulos e conteúdos são os seguintes:

I – Um estado com autoridade, moderno e eficaz.

Este título abrange a Defesa Nacional, a Política Externa; a Administração Interna, a Justiça, a Administração Pública, a Autonomia Regional, a Descentralização e os Assuntos do Mar.

II – Apostar no crescimento e garantir o rigor

Abrange as Finanças Públicas, a Economia, o Trabalho, Emprego e Formação, o Turismo, a Agricultura, as Florestas, as Pescas, as Obras Públicas e Transportes, a Política energética e as Comunicações.

III – Reforçar a Justiça Social, garantir a igualdade de oportunidades

Inclui a Saúde, a Segurança Social, a Família e a Criança, a Igualdade, a Imigração, o Ambiente e o

Ministros e Secretários de Estado

Síntese do Programa do Governo

Ordenamento do Território, as Cidades, Desenvolvimento Regional e Administração Local, a Habitação e a Defesa do Consumidor.

IV - Investir na qualificação dos Portugueses

Engloba a Cultura, a Educação, o Ensino Superior, a Ciência e Inovação, a Sociedade da Informação e do Conhecimento, a Comunicação Social, a Juventude e o Desporto.

O Governo sustenta que «...Este Programa assenta na continuidade das políticas desenvolvidas pelo XV Governo Constitucional. A legitimidade democrática que lhe dá origem é a mesma. A maioria parlamentar permanece intacta. O compromisso com os eleitores não se altera.

«A avaliação que deverá ser feita, pelos portugueses, no final da legislatura, não será de partes separadas, mas sim de um todo. Será o resultado da acção dos dois governos, do que já foi feito e do que ainda será realizado, que o país julgará.

«Deste modo, não podemos, nem queremos, deixar de nos referir, neste novo programa de governo, a muitos dos compromissos assumidos e já cumpridos.

«Os dois anos de trabalho do XV Governo Constitucional marcaram, de forma incontornável, a história de Portugal. A acção deste executivo foi exemplar, sobretudo atendendo ao difícil quadro que herdara do governo que o antecedeu. Na verdade, quando o anterior governo iniciou funções, em Abril de 2002, Portugal vivia um dos períodos mais difíceis da sua história democrática.

Em Abril de 2002, Portugal vivia um dos períodos mais difíceis da sua história democrática

«O país confrontava-se com um grave descontrolo das contas públicas, com um crescimento desenfreado das despesas do Estado e com a ameaça de não cumprimento das suas obrigações no quadro da União Europeia, agravada pela interrupção do nosso processo de convergência económica e social em relação aos



parceiros comunitários.

«A confiança dos agentes económicos estava fortemente abalada e a credibilidade externa do país fragilizada. Assistia-se a uma perigosa degradação das instituições, ao enfraquecimento da autoridade democrática do Estado, à ausência total e completa de objectivos que mobilizassem os Portugueses.

«Em Abril de 2002, Portugal era um país sem esperança e sem ambição.

«Hoje, Portugal é um país com esperança e ambição. O compromisso de mudança assumido pelo XV Governo Constitucional foi honrado, mostrando claramente aos Portugueses que se deu início a um novo ciclo na História do nosso país.

«Hoje, Portugal tem uma nova atitude política, baseada numa cultura de decisão, acção e responsabilidade. Os critérios de rigor e de verdade que, finalmente, se impuseram às contas do Estado, permitiram o cumprimento, com responsabilidade, dos compromissos impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Esses mesmos critérios foram aplicados, igualmente, na promoção de reformas estruturais há muito exigidas, mas tempo demais adiadas.

«E os primeiros resultados são visíveis: recupera-se o controlo das contas públicas; o relançamento da economia está em curso, de forma lenta mas sólida e sustentada; os Portugueses ganham de novo confiança.

«Mas não é só a nível interno que verificamos uma mudança. De facto, nestes dois últimos anos, Portugal reconquistou a credibilidade externa,

afirmando-se na Europa e no mundo.

«E aqui, não se pode deixar de referir o facto do XVI Governo Constitucional iniciar funções na sequência da eleição do anterior Primeiro-Ministro como Presidente da Comissão Europeia, uma vez que essa escolha traduz mais um importante momento no reconhecimento internacional do nosso país.

«Decorrente da anterior acção governativa, esta nova fase será marcada sobretudo pela confiança. Confiança nas instituições, confiança nos portugueses, confiança em Portugal.

«Agora, mais do que nunca, Portugal pode e deve avançar.

«A verdade é que estão criadas as condições para um crescimento real da economia e para um aumento da produtividade nacional, que devemos apoiar e incentivar.

«Os sinais positivos são já visíveis e o crescimento da economia, embora ainda na fase inicial, é já uma retribuição do esforço que a todos os Portugueses foi pedido.

«Podemos, agora, ir mais longe na justiça social. Numa área tão complexa quanto esta haverá sempre muitas e novas metas a alcançar.

«Metas que nos devem levar mais próximo dos portugueses, visando minorar os inúmeros problemas com que se defrontam, numa sociedade muitas vezes desumana, desatenta e sem tempo, num país onde se torna indispensável que os cidadãos assumam o exercício da cidadania como um direito e uma obrigação.

«Nesse sentido, aprofundar a solidariedade nacional será uma das

grandes batalhas que temos pela frente, concentrando as energias governativas, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida dos mais desfavorecidos.

Clareza nos compromissos, firmeza na realização dos objectivos

«No início de funções, reafirmamos a importância da estabilidade política, no quadro de uma coligação que mantém a convicção e a determinação do momento inicial.

«O XVI Governo Constitucional assume o cumprimento desta segunda fase da legislatura, norteador

pelos opções fundamentais expressas no programa do anterior Governo, e no respeito pelo compromisso de mudança então assumido.

«O XVI Governo Constitucional reafirma a intenção de fazer de Portugal, no espaço de uma geração, um dos países mais desenvolvidos da Europa, continuando a exigir de todos que apostemos no trabalho, no mérito, na exigência, no esforço individual e na solidariedade colectiva.

«Mantém-se como objectivo estratégico prosseguir a convergência económica e social com os restantes países da União Europeia, através da implementação das reformas necessárias e de uma forte consolidação orçamental.

«Para isso, pretendemos apostar no progresso e crescimento da economia, com o aumento da produtividade e da competitividade como instrumentos necessários para a construção de um país mais forte e coeso.

«A inovação, a formação e a qualificação dos portugueses continuarão a ser assumidos, por este Governo, como instrumentos estratégicos para afirmar Portugal como um país moderno, dinâmico e empreendedor.

«Em toda a sua actuação, o XVI Governo Constitucional manterá uma cultura de rigor, de acção e de responsabilidade, pois esse, e só esse, é o caminho para a construção de um Portugal mais próspero, mais justo e mais solidário.

«Estas são as condições para a afirmação de Portugal, na Europa e

Ministros e Secretários de Estado

Secretarias de Estado fora de Lisboa

no Mundo.

«Portugal continuará a contar com uma atitude política de verdade, de responsabilidade, de determinação e de coragem.

«Reforçamos o respeito pela Constituição da República e por todos os órgãos de soberania, assumindo a cooperação institucional como um compromisso, a bem da estabilidade e maturidade democráticas.

«Manteremos uma leal e saudável cooperação com a Assembleia da República, de quem o Governo depende e a quem o Governo deve profundo respeito, para elevar a qualidade da nossa democracia, aperfeiçoando o sistema político em geral e o funcionamento do Parlamento em particular.

«Principalmente, afirmamos o respeito por todos os portugueses, parceiros activos e essenciais na construção do presente e do futuro de Portugal.

«Estes são os compromissos que assumimos. Estes são compromissos que vamos concretizar, com verdade, responsabilidade, determinação e coragem.

«O XVI Governo Constitucional quer apresentar-se, no final da legislatura, a todos os portugueses, com a consciência do dever cumprido.»

Deslocalização de seis Secretarias de Estado

O Governo emitiu um comunicado, segundo o qual vai instalar seis Secretarias de Estado nas cidades de Coimbra, Santarém, Aveiro, Évora, Faro e Braga. «Relativamente à cidade do Porto, foi tomada a decisão de nela se disponibilizarem instalações, nas quais o Primeiro-Ministro e os diferentes membros do Governo, por períodos regulares, desempenharão a sua normal actividade».

As secretarias de Estado que vão sair de Lisboa são as da Administração Local, que passará para Coimbra; da Agricultura e Alimentação, para Santarém; da Educação, para Aveiro; dos Bens Culturais, para Évora; do Turismo, para Faro e da Juventude, para Braga.

A medida abrange os secretários de Estado José Cesário, da Administração Local; David Geraldes, da Agricultura e Alimentação; Diogo Feio, da Educação; José Amaral Lopes, dos Bens Culturais; Carlos Martins, do Turismo e Pedro Duarte, da

Juventude.

No comunicado, o gabinete do Primeiro-Ministro destaca também que o Conselho de Ministros se realizará em diferentes locais do país, com periodicidade mensal, com início na próxima reunião, que “terá lugar na cidade do Porto no dia 29 de Julho”.

As medidas agora anunciadas correspondem à decisão do actual executivo de assumir “como essencial” a continuação da reforma em matéria de descentralização, “na sequência das iniciativas desenvolvidas pelo XV Governo Constitucional”.

A reforma, prossegue o documento, visa o “desenvolvimento do processo de reorganização territorial, através da consolidação das novas realidades supramunicipais”, nomeadamente as comunidades urbanas, as comunidades intermunicipais e as grandes áreas metropolitanas.

O “aprofundamento da transferência de competências dos diferentes serviços e organismos da Administração central para a administração local” é outro objectivo da reforma que será prosseguida pelo executivo de Pedro Santana Lopes.

Pedro Duarte elogia o carácter simbólico da instalação em Braga

O Secretário de Estado da Juventude, Pedro Duarte, elogiou hoje a escolha de Braga para instalação do seu gabinete, por assumir um carácter simbólico dado que se integra no mais jovem distrito do país.

“A secretaria de Estado ficaria certamente bem instalada em qualquer cidade do país, mas Braga assume um carácter simbólico por ser o distrito mais jovem do país, ter uma Universidade pujante e constituir um elemento de ligação entre o litoral e o interior”, declarou, à Lusa, Pedro Duarte.

O Secretário de Estado classificou a iniciativa de transferir secretarias de Estado, para vários pontos do país, como “uma decisão histórica” que poderá ser um “ponto de partida para inverter a tendência centralista que está instituída na cultura e mentalidade portuguesas”.

«Não é esta medida por si só que representa a descentralização, mas do ponto de vista simbólico é muito relevante. Eu sou do Porto e até hoje, no decurso da minha actividade política, sempre tive de me deslocar

até Lisboa porque é aí que se localizam todos os centros de decisão”, comentou, acrescentando que a mudança poderá funcionar também “como um elemento catalisador” para que outras instituições e empresas percebam que “não têm de se instalar necessariamente em Lisboa”.

O secretário de Estado não antevê dificuldades a nível da articulação com os vários ministérios com os quais tem de gerir os programas para a juventude e admite mesmo algumas vantagens.

“É um fantasma completamente ultrapassado. Mesmo em Lisboa os contactos com os ministros e colegas do Governo fazem-se sobretudo por telefone ou via fax e correio electrónico”, frisou, adiantando que a distância poderá mesmo servir como “um elemento estimulante para o contacto e a cooperação”.

Ainda não há local definido para a instalação do gabinete, mas o Governo Civil e a delegação do Instituto da Juventude são duas hipóteses que estão em estudo.

Pedro Duarte considera que os custos associados à transferência da secretaria de Estado serão “insignificantes porque não se trata de criar um novo espaço ou um novo organismo”. A sua equipa deverá ser essencialmente constituída por pessoas do Norte, embora o secretário de Estado admita levar um ou dois colaboradores de Lisboa para o seu gabinete.

Rui Rio congratula-se com a decisão do Primeiro-Ministro

O presidente da Câmara do Porto,

Rui Rio, congratulou-se com a decisão do Primeiro-Ministro, de instalar na cidade a “segunda sede do Governo”.

“A existência de mais membros do Governo oriundos do Porto e Norte de Portugal em relação ao executivo anterior e de uma segunda sede do Governo na segunda cidade do país, bem como outros aspectos que a seu tempo surgirão, demonstram que este é o caminho certo”, afirmou Rui Rio.

José Cesário sempre foi defensor da «descentralização dos órgãos do Governo»

O secretário de Estado da Administração Local, José Cesário, considerou hoje a deslocalização de órgãos do Governo uma medida de descentralização que se traduz na criação de emprego e riqueza nas cidades onde são instalados.

“A mudança de localização de várias secretarias de Estado traduz-se na polarização de criação de riqueza e emprego”, disse, à Agência Lusa, José Cesário, destacando a importância da decisão do Governo.

De acordo com o novo secretário de Estado da Administração Local, os gabinetes vão atrair mais pessoas para as cidades onde são instalados e vão permitir a criação de emprego através do recrutamento de pessoal qualificado.

Adiantou ainda que “sempre foi um defensor” da descentralização dos órgãos do Governo.

– Fontes: Portal do Governo e Lusa. Fotos: Lusa e Luís Saraiva

Cerimónia de posse de Mário David



O Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes teve a sua primeira reunião semanal de trabalho com o Presidente da República, durante cerca de uma hora e assistiu depois à cerimónia de posse de Mário David, como secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Mário David, que desempenhava as funções de Conselheiro Político de Durão Barroso e é Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD, não tinha estado na cerimónia de posse dos secretários de Estado, na passada quarta-feira, por se encontrar em Estrasburgo, a acompanhar o presidente da Comissão Europeia.

Assistiram à posse de Mário David, além de Santana Lopes, os ministros da Defesa, dos Negócios Estrangeiros, das Cidades, Administração Local e Habitação, da Agricultura e o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro. – Fonte e Fotos, Lusa

Comissão Europeia

José Manuel Durão Barroso eleito para a Presidência sente «...orgulho de ser Português»

José Manuel Durão Barroso foi eleito pelo Parlamento Europeu no dia 22 e na sua última intervenção, antes da votação, prometeu hoje fazer frente aos interesses particulares dos Estados-Membros na futura Comissão Europeia, afirmando: “Prometo fazer frente aos interesses particulares dos Estados, procurando o equilíbrio entre todos, com a mesma dignidade”, assegurou o ex-Primeiro-Ministro português.

E acrescentou: “A União Europeia não funciona com piloto automático, só com liderança e coragem política e o que vos prometo é que procurarei gerir a Comissão, mas não de maneira sectária”.

Para Durão Barroso, a Comissão Europeia pode ser “o piloto da União projectando paz e segurança”.

“Peço-vos o vosso apoio. Serei o presidente da Comissão, procurando unir todos os europeus do Mediterrâneo ao mar Báltico, dos mais ricos aos mais pobres, dos maiores aos menores, procurando ser o mediador honesto que é necessário”, apelou uma vez mais, deixando ainda a garantia de que lutará para que o próximo executivo comunitário tenha um terço de mulheres, apelando uma vez mais aos governos para que contribuam para este objectivo.

Em 1999, a primeira eleição de Romano Prodi - que se sujeitou duas vezes a votação, a primeira devido à demissão em bloco da Comissão Jacques Santer, acusada de favoritismo - teve uma votação com aproximadamente a mesma proporção de votos, tendo em conta a menor quantidade de deputados, pois foi anterior ao alargamento.

Com menor margem foi eleito o seu sucessor, o luxemburguês Jacques Santer, que conquistou apenas 260 votos a favor, tendo 238 contra e 23 abstenções. O novo Presidente da Comissão tomará posse a 1 de Novembro.

No seu discurso de agradecimento e aceitação do cargo, após a eleição, Durão Barroso “grande orgulho por ser português”

“Sei que a maioria dos portugueses está hoje muito orgulhosa por ser um português presidente da Comissão Europeia. Quero dizer que, eu é que tenho um grande orgulho de ser



“Vou trabalhar em prol da Europa com base nas ideias da solidariedade e da segurança. Espero que todos possamos ter uma relação de cumplicidade positiva no respeito pela diferença, mas pondo acima de tudo a visão em prol da Europa”, acrescentou ainda, dirigindo-se aos eurodeputados em inglês.

Declaração de Miguel Relvas

O secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, congratulou-se hoje com a confirmação de Durão Barroso no cargo de presidente da Comissão Europeia, uma eleição que constitui “um grande motivo de orgulho para Portugal”.

Em declarações à agência Lusa, Miguel Relvas salientou o facto de a eleição do ex-Primeiro-Ministro português simbolizar, para Portugal “o facto de, pela primeira vez, um português assumir um dos cargos mais importantes a nível internacional”.

Manifestando a sua satisfação “no plano pessoal” pela eleição de Durão Barroso, o secretário-geral social-democrata considerou a eleição de Durão Barroso, para a chefia do executivo comunitário “a afirmação do Portugal moderno”.

Numa leitura da votação de hoje

no hemiciclo de Estrasburgo, Miguel Relvas considerou que o desfecho do escrutínio “superou as expectativas” e mostrou que Durão Barroso conseguiu “ir além do seu espaço político”.

“Esta votação é já um primeiro indício do que será a linha do seu mandato”, afirmou, manifestando a convicção de que Durão Barroso “será capaz de reunir consensos” durante o seu mandato de cinco anos.

“Desejamos as maiores felicidades a Durão Barroso”, concluiu.

Mensagem de Mota Amaral

O Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, felicitou Durão Barroso pela sua eleição para presidente da Comissão Europeia, considerando que a nomeação de um português para o cargo “prestigia o país”.

“A nomeação de um Português, pela primeira vez, para tão distinto cargo prestigia o País e eleva a sua imagem a um alto nível de excelência”, frisou Mota Amaral numa carta enviada a Durão Barroso.

Desejando-lhe “felicidades para o seu mandato”, o Presidente da Assembleia da República vaticinou ainda que, sob a sua liderança, a Comissão Europeia ganhará “uma nova qualidade e dinamismo” como reflexo do “empenho e qualidades pessoais” do ex-Primeiro-Ministro português. – **Fonte: Lusa**



O resultado da eleição, mostrou 413 votos a favor e 251 contra, e 40 abstenções e alguns (menos de uma dezena) votos brancos ou nulos.

Durão Barroso foi indigitado presidente da Comissão Europeia pelos chefes de Estado e de Governo da União Europeia a 29 de Junho, mas necessitava do aval dos eurodeputados,

português”, afirmou perante o hemiciclo europeu, a quem fez questão de se dirigir em português.

Manifestando-se “muito honrado e orgulhoso” por poder assumir o cargo, a partir de 1 de Novembro, e ter sido eleito pelo Parlamento Europeu, Barroso reafirmou o seu compromisso de “construir pontes” na Europa.

Carlos Coelho

«O sucesso para Durão Barroso, na votação do Parlamento, será um sucesso para a Europa.»

O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, dirigindo-se ao Presidente indigitado da Comissão Europeia, no Plenário do Parlamento Europeu, afirmou que um sucesso para Durão Barroso, na votação do Parlamento, “**será um sucesso para a Europa. E nós precisamos e desejamos muito sucesso para a Europa que somos**”.

Recordando a metáfora do avião evocada pelo Presidente do Grupo Liberal do PE, Graham Watson, Carlos Coelho sublinhou que, quando “**olhamos para o cockpit não queremos encontrar um piloto ausente ou confundido, enfraquecido e atordoado. Olhamos para si e ouvimo-lo a pedir a investidura neste parlamento e temos confiança na firmeza e na orientação desse piloto**”.

Carlos Coelho defendeu que o PE precisa de um interlocutor como Durão Barroso que “**quer uma Comissão forte e independente**”.

«Durão Barroso quer uma **Europa solidária**. Os que, como nós, subscrevem o projecto europeu sabem

que isso é uma condição indispensável. **Não há futuro no projecto europeu sem reforçar a identidade de um projecto comum**, sem sublinhar o sentido de pertença e sem uma clara e eficaz **política de coesão económica e social**.

«Quer uma Europa que seja mais do que o mercado interno, que seja a Europa dos cidadãos. É também essa Europa que queremos ajudar a construir. Uma Europa que não se esgote na sua dimensão económica, uma Europa dos cidadãos, uma Europa das pessoas».

E mais adiante, afirmou: «**Fomos sensíveis ao que disse no seu discurso sobre o desemprego, sobre a criação de emprego, sobre o combate às desigualdades e a questão da segurança**».

Carlos Coelho deu testemunho da “**cultura humanista e do apego aos valores do Estado de Direito**” de Durão Barroso e afirmou ser útil sublinhá-lo. “**Vivemos tempos de incerteza em que se reclama e bem mais segurança. Mas haverá que evitar exageros ou delírios securitários**».

Queremos mais segurança mas não aceitamos que isso sufoque a liberdade. Quando a segurança deixa de ser o instrumento de defesa e preservação das nossas liberdades converte-se em tirania.

«*Na implementação do SIS-2 (a segunda geração do Sistema de Informações de Schengen), no controlo das fronteiras e nas áreas do asilo e da emigração, mas também na cooperação judiciária e policial muito há ainda a fazer a despeito dos grandes progressos que se verificaram nos últimos 5 anos, na criação de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*».

Carlos Coelho gostou de ouvir Durão Barroso “**reclamar uma cumplicidade positiva**” com o Parlamento Europeu e afirmou que “**na História da comunidade houve progressos quando essa cumplicidade se verificou de forma mais nítida**”.

Independentemente da análise sobre os méritos do Governo de Durão Barroso em Portugal, Carlos Coelho sublinhou que Durão Barroso «**foi o Primeiro Ministro da História da Democracia portuguesa que mais**

presença marcou nos debates parlamentares. Gostaria de lhe pedir que fosse igualmente o Presidente da Comissão na história das nossas instituições que mais perto esteja do Parlamento Europeu, da casa da democracia europeia».

Referindo-se às últimas eleições, Carlos Coelho defendeu que “**a abstenção crescente é sintoma de um afastamento, que temos de combater, entre a generalidade dos cidadãos e o projecto europeu**. Há aí também muito a fazer e esforços a coordenar entre a Comissão e o Parlamento».

Para Carlos Coelho, «... é necessário e urgente mudar na comunicação, na informação e na pedagogia. Gostei ontem de o ouvir dizer, acrescentou, que o nosso Portugal pode ser geograficamente periférico mas que tem o coração na Europa. Pois bem, **haverá que levar a Europa e este projecto comum ao coração dos cidadãos**. Por nós estamos dispostos ao trabalho e à cooperação com a Comissão a que espero presidirá».

João de Deus Pinheiro

José Manuel Durão Barroso é «... é gerador de uma nova esperança para a Europa»

O Deputado do PSD, **Professor João de Deus Pinheiro** considerou hoje, em Estrasburgo, que “**à semelhança do que se verificou nas audições perante as diversas famílias políticas**”, a **intervenção do Dr. José Manuel Durão Barroso no Plenário do Parlamento Europeu** “**é geradora de uma nova esperança para a Europa**”.

Para João de Deus Pinheiro, «**numa época em que novas ameaças se perfilam e põem em causa o nosso modelo social e o nosso modo de estar no mundo, é essencial que a Comissão reassuma o papel e a ambição que já teve com Jacques Delors**».

«Para fazer face ao terrorismo, à

degradação ambiental, aos desequilíbrios provocados pelo envelhecimento populacional, ao desemprego persistente, às assimetrias regionais e sociais e ao distanciamento das populações relativamente ao projecto europeu, **precisamos de uma Comissão forte, com ambição e determinada**».

«De uma Comissão que queira e saiba estabelecer consensos, estender pontes e promover o diálogo. De uma Comissão atenta às novas heterogeneidades e complexidades induzidas pelo recente e futuros alargamentos».

«De uma Comissão que esteja ciente de que a **ambição para uma Europa mais forte, mais**

inveriente, mais justa e mais democrática não pode esperar mais».

Afirmando que “**dos fracos não reza a história**”, João de Deus Pinheiro encorajou o indigitado Presidente da Comissão Europeia a não hesitar “**em afirmar-se pela audácia e pela ambição na construção europeia, no diálogo frutífero com todos e cada Estado-Membro e sobretudo com o Parlamento Europeu**. Rompa burocracias emperrantes, mude práticas absurdas, ouse propor novos caminhos. Na certeza que, ao fazê-lo, terá neste Parlamento um aliado fortíssimo”.

“Conheço-o suficientemente bem, acrescentou João de Deus Pinheiro,

para saber que tem a capacidade, a vontade e a legítima ambição para o poder fazer. A Europa, os seus Estados-Membros e os nossos parceiros externos precisam que o faça”.

João de Deus Pinheiro afirmou ainda acreditar que a Presidência de José Manuel Durão Barroso “**pode fazer a diferença**. A sua moderação, o seu gosto pela dialéctica parlamentar e a sua juventude são garante de um novo ciclo não apenas na Comissão, mas no relacionamento desta com este Parlamento. Estas algumas das razões que justificam a sua designação e a sua eleição como Presidente da Comissão. A bem do projecto europeu que a quase todos



BARCELOS

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no dia **11 de Setembro de 2004**, na Sede Concelhia, Avenida Alcaides de Faria, 270, 1º dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues na Sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00. Só os militantes que tiverem as quotas actualizadas podem exercer o direito de voto.

CAMPO PEQUENO SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia **9 de Setembro de 2004**, pelas 19h00, na sede da Secção, sita no Campo Pequeno, 6- 3º, em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota: As listas devem ser entregues na Sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

MORTÁGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Mortágua, do Distrito de Viseu, a realizar no dia **3 de Setembro de 2004**, pelas 21h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. João Lopes de Moraes, em Mortágua, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Locais do Partido: Mesa e Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues na Sede Concelhia do Partido, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

NÚCLEO DE ALVERCA

De acordo com o disposto nos Estatutos do PSD, cumpre-me convocar os Militantes do Núcleo de Alverca do Ribatejo do PSD, para uma Assembleia

Eleitoral, a realizar no dia **1 de Setembro de 2004** (quarta-feira), pelas 21h00, na Sede do Núcleo de Alverca do Ribatejo (Estrada Nacional 10, nº16), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Alverca.

Nota: As listas devem ser apresentadas na sede da Comissão Política do Núcleo de Alverca do Ribatejo nos prazos e condições estabelecidas no regulamento eleitoral do PSD entre as 21h00 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral acima referido.

Podem eleger e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia e que constem do caderno eleitoral.

A votação realiza-se entre as 21h00 e as 23h00.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa do Varzim para reunir, no dia **18 de Setembro de 2004**, pelas 15h00, na sede concelhia, sita à Praça do Almada, 7- 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia **15 de Setembro de 2004**, pelas 19h00, na sede da Secção, sita no Centro Comercial Castilho, na Avenida Dr. Renato Araújo, 182 - 1º Loja "CG" São João da Madeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h30.

VAGOS

Nos termos do regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos para reunir no dia **28 de Agosto de 2004** (sábado), pelas 15h00, na sua sede concelhia de Soza, sita no edifício Quinta das Maias, 1º andar, na Rua Dr. José António de Almeida, freguesia e Vila de Soza, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao

acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 22h00.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa, para uma reunião da Assembleia da Secção de Vila do Conde, a realizar no dia **11 de Setembro de 2004**, pelas 16h00, na Sede do PSD, sita na Praça da República, nº7, em Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas, de acordo com o Regulamento Eleitoral artigo 4º, alínea 4, devem ser entregues na Sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 22h00.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no próximo dia **8 de Setembro de 2004**, pelas 21h00, na sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues na Sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

Telemóvel do Presidente da Mesa: 966339043.



VILA VIÇOSA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Vila Viçosa da JSD, para reunir no dia 04 de Setembro de 2004 (Sábado), pelas 11h00, na Sede Concelhia do PSD de Vila Viçosa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política da Secção de Vila Viçosa da JSD;
2- Eleição da Mesa do Plenário da Secção de Vila Viçosa da JSD.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 01 de Setembro de 2004, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora.

As urnas estarão abertas entre as 11h00 e as 13h00.

ALANDROAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção do Alandroal da JSD, para reunir no dia 04 de Setembro de 2004 (Sábado), pelas 14h00, na Sede Concelhia do PSD do Alandroal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política da Secção do Alandroal da JSD;
Eleição da Mesa do Plenário da Secção do Alandroal da JSD.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 01 de Setembro de 2004, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora.

As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00.

PORTEL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Portel da JSD, para reunir no dia 03 de Setembro de 2004 (Sexta-feira), pelas 21h00, na Rua das Olarias, 22 em Portel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política da Secção de Portel da JSD;
Eleição da Mesa do Plenário da Secção de Portel da JSD.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 31 de Agosto de 2004, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora.

As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00.

CONSELHO DISTRITAL de ÉVORA

Nos termos do art.º 78 n.º 2 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o IV Conselho Distrital Ordinário da JSD, para reunir no dia 04 de Setembro de 2004 (Sábado), pelas 18h00, na Sede Distrital do PSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, 48, em Évora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Informações;
Análise da Situação Política.

Nota:

Solicita-se a todos os Conselheiros Distritais que por qualquer motivo não possam estar presentes que, de acordo com o art.º 13 n.º 2 do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da JSD, apresentem a referida justificação de falta junto da Mesa.

CPD de PORTALEGRE

Ao abrigo do determinado nos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes das Secções da JSD de Portalegre, Elvas, Sousel, Campo Maior, Fronteira, Castelo de Vide, Nisa, Ponte de Sôr, Alter do Chão, Crato, Monforte e Avis, para Plenário de Secção a realizar no dia 4 de Setembro de 2004, pelas 17h00, nas respectivas Sedes Concelhias do PSD, com a seguinte



Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa ou na Respectiva Sede Concelhia do PSD, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

O acto eleitoral decorrerá entre as 17 e as 18h00.

CPD de PORTALEGRE

Ao abrigo do determinado nos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes das Secções da JSD de Elvas, Sousel, Campo Maior, Fronteira, Castelo de Vide, Nisa, Ponte de Sôr, Alter do Chão, Crato e Avis, para Plenário de Secção a realizar no dia 4 de Setembro de 2004, pelas 17h00, nas respectivas Sedes Concelhias do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um: Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

Ponto Dois: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa ou na Respectiva Sede Concelhia do PSD, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

O acto eleitoral decorrerá entre as 17 e as 18h00.

MONFORTE

Ao abrigo do determinado nos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção da JSD de Monforte, para Plenário de Secção a realizar no dia 4 de Setembro de 2004, pelas 17h00, na respectiva Sede Concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um: Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

Ponto Dois: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa ou na Respectiva Sede Concelhia do PSD, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD;

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

O acto eleitoral decorrerá entre as 17 e as 18h00.

NÚCLEO DE RIO TINTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD,

convoco o Plenário de Núcleo Residencial de Rio Tinto, para Assembleia eleitoral, no dia 16 de Setembro de 2004, pelas 20:00 horas, na Sede do Núcleo da JSD Rio Tinto, sita à Estrada Exterior da Circunvalação, Rua dos Guerreiros, n.º 47, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente, o possa substituir;

As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30 .

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção de Santarém, para uma reunião a realizar no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede da Secção da JSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede da Secção da JSD de Santarém, sita Calçada de Mem Ramires, n.º 10.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 00h00.

PÓVOA de VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD da Concelhia da Póvoa de Varzim para um Plenário eleitoral, a realizar no dia 04 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, n.º 7 – Esc. 1, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD/Póvoa de Varzim;

Eleição da Mesa do Plenário Concelhio da JSD/Póvoa de Varzim;

Eleição dos Conselheiros Distritais da JSD/Póvoa de Varzim.

NOTA:

As listas devidamente formalizadas, deverão ser entregues na Sede Concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, até às 24h00 do dia 1 de Setembro de 2004.

As eleições decorrerão em sistema de urna aberta, entre as 15h00 e as 19h00.

VILA NOVA de POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Vila Nova de Poiares, para reunir na respectiva Sede, a realizar

no próximo dia 28 de Agosto de 2004, pelas 18h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política de Secção;

Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na respectiva Sede Concelhia, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

PAMPILHOSA da SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD da Pampilhosa da Serra, para reunir na respectiva Sede, a realizar no próximo dia 04 de Setembro de 2004, pelas 21h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política de Secção;

Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na respectiva Sede Concelhia, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas, entre as 21h00 e as 23h00.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Soure, para reunir na respectiva Sede, a realizar no próximo dia 04 de Setembro de 2004, pelas 21h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política de Secção;

Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na respectiva Sede Concelhia, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas, entre as 21h00 e as 23h00.

OLIVEIRA do HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Oliveira do Hospital, para reunir na respectiva Sede, a realizar no próximo dia 17 de Setembro de 2004, pelas 20h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política de Secção;

Eleição da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na respectiva Sede Concelhia, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas, entre as 20h00 e as 22h00.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD de Vendas Novas, para reunir no dia 03 de Setembro de 2004 (Sexta-feira), pelas 21h00, na respectiva Sede, sita na Rua Joaquim Mendonça, n.º 25, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

1- As listas de candidatura deverão ser entregues até às 24h00 do dia 31 de Agosto, na Sede Concelhia do PSD, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção.

2- As urnas estarão abertas das 21h00 as 23h00.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Sertã, para o próximo dia 28 de Agosto de 2004, pelas 19h00, na Sede Concelhia da Sertã, sita na Rua Dr.º Ângelo Henriques Vidigal, n.º 4, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa do Plenário;

2- Eleição da Comissão Política de Secção;

3- Eleição dos Delegados Distritais.

NOTA:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 19h00 as 20h00.

CONSELHO DISTRIAL de SANTARÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Santarém, para o dia 11 de Setembro de 2004, pelas 10h00, na Sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política Distrital e Mesa do Conselho Distrital.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em

duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Distrital do PSD de Santarém.

As urnas estarão abertas no período entre as 11h00 e as 13h00.

ALCANENA

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Alcanena, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Alcanena, sita na Rua António Rodrigues Teixeira, 14, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Distrital do PSD de Santarém.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

ABRANTES

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Abrantes, para o dia 5 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Abrantes, sita na Rua de S. Pedro, 22 – 1.º A, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Abrantes.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 17h30.

ALMEIRIM

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Almeirim, para o dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD de Almeirim, sita na Rua dos Ferreiros, n.º 33, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os

eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Almeirim.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 22h30.

BENAVENTE

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Benavente, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 10h00, na Sede do PSD de Benavente, sita na Rua António M. Calheiros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Benavente.

As urnas estarão abertas no período entre as 11h00 e as 12h00.

CARTAXO

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD do Cartaxo, para o dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD do Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, Lt.3 – 1.º Dt.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Cartaxo.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 23h30.

CHAMUSCA

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD da Chamusca, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD da Chamusca, sita na Rua R. Direita de S. Pedro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Distrital do PSD de Santarém.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

CORUCHE

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Coruche, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD do Coruche, sita na Rua de Santarém, n.º 98, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Coruche.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

ENTRONCAMENTO

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD do Entroncamento, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 10h00, na Sede do PSD do Entroncamento, sita na Rua Almirante Reis, n.º 69-2.º Esq., com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD do Entroncamento.

As urnas estarão abertas no período entre as 11h00 e as 12h00.

FERREIRA do ZÊZERE

De acordo com os Estatutos

Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Ferreira do Zêzere, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 10h00, na Sede do PSD de Ferreira do Zêzere, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, Lt.12, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Ferreira do Zêzere.

As urnas estarão abertas no período entre as 11h00 e as 12h00.

MAÇÃO

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Mação, para o dia 5 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Mação, sita no Largo dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Mação.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

OURÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Ourém, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 10h00, na Sede do PSD de Ourém, sita na Rua Dr.º Carlos Vaz F. de Almeida, n.º 31-1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em



duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Ourém.

As urnas estarão abertas no período entre as 11h00 e as 13h00.

RIO MAIOR

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Rio Maior, para o dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD de Rio Maior, sita na Avenida Paulo VI, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Rio Maior.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 22h30.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Santarém, para o dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, n.º 10, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Santarém.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 23h30.

SARDOAL

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Sardoal, para o dia 5 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Sardoal, sita na Rua do Cônego Silva Martins, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD do Sardoal.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

TOMAR

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Tomar, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, n.º 57 A, Lj. R/C Dt.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Tomar.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

TORRES NOVAS

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Torres Novas, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 10h00, na Sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, n.º 38-1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Torres Novas.

As urnas estarão abertas no período entre as 11h00 e as 12h00.

VILA NOVA da BARQUINHA

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD de Vila Nova da Barquinha, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Vila nova da Barquinha, sita no Largo

Infante Santo, 4, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital Eleitoral da Distrital da JSD de Santarém.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Santarém.

As urnas estarão abertas no período entre as 15h30 e as 16h30.

CONSELHO DISTRITAL de AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Conselho Distrital Eleitoral de Aveiro, para o próximo dia 19 de Setembro de 2004, pelas 10h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, sita na Rua Ventura Sousa, em Oliveira de Azeméis, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Um: Eleição dos Órgãos Distritais da JSD de Aveiro;

Ponto Dois: Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

NOTA:

1- As listas e moções devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou ao seu substituto desde que pertencente ao mesmo órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2- Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus Regulamentos aprovados em Conselho Nacional.

3- As urnas abrirão às 18h00 e encerrarão às 19h30.

4- O caderno eleitoral distrital, será elaborado de acordo com o envio dos delegados eleitos pelos Plenários de Secção, fazendo referência à data da Eleição, anexando a respectiva acta eleitoral, contendo as listas aceites a sufrágio.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Aveiro, para reunir no próximo dia 10 de Setembro de 2004 (Sexta-feira), pelas 21h00, na respectiva Sede do PSD/JSD.

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/JSD.

2- As urnas estarão abertas das

21h00 às 23h00.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na respectiva Sede do PSD/JSD.

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/JSD.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

OLIVEIRA de AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Oliveira de Azeméis, para reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na respectiva Sede do PSD/JSD.

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/JSD.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

SANTA MARIA da FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na respectiva Sede do PSD/JSD, sita na Rua dos Descobrimientos, Santa Maria da Feira.

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/JSD.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

CPD/JSD AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os **Nacionais das Secções de :**

Águeda, Aveiro, Vale de Cambra, Espinho, Estarreja, Murto, Oliveira do Bairro, Ílhavo, Ovar, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, para reunirem no próximo dia 3 de Setembro de 2004, das 21h00 às 23h00, nas

respectivas Sedes do PSD/JSD.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00;

Albergaria-a-Velha, para reunirem no próximo dia 3 de Setembro de 2004, das 20h00 às 22h00 na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00;

Arouca, para reunirem no próximo dia 4 de Setembro de 2004, das 21h00 às 23h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

Castelo de Paiva, para reunirem no próximo dia 4 de Setembro de 2004, das 17h00 às 19h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

Mealhada, para reunirem no próximo dia 4 de Setembro de 2004, das 17h00 às 19h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

S. João da Madeira, para reunirem no próximo dia 4 de Setembro de 2004, das 19h00 às 21h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 21h00.

Vagos, para reunirem no próximo dia 28 de Agosto de 2004, das 15h00 às 22h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 22h00.

Anadia, para reunirem no próximo dia 4 de Setembro de 2004, das 15h00 às 17h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

Sever do Vouga, para reunirem no próximo dia 5 de Setembro de 2004, das 19h00 às 21h00, na Sede Concelhia do PSD.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 21h00.

ORDEM de TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Aveiro.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral nas respectivas Sedes Concelhias do PSD/JSD.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 18 de Setembro de 2004, pelas 18h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr.º Carneiro Pacheco, C. Com. Carneiro Pacheco, piso 1- Loja 5, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Mesa do Plenário de Secção de Santo Tirso;

Eleição da Comissão Política de Secção de Santo Tirso;

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 21h00.

CONSELHO DISTRITAL de SETÚBAL

Por lapso dos serviços não foi publicada no Povo Livre da Semana passada, a seguinte convocatória, pelo qual pedimos as mais sinceras desculpas.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Setúbal Extraordinário, para o próximo dia 28 de Julho de 2004, pelas 21h00, no Salão Nobre da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, sita na Rua Capitão Leitão, n.º 79, em Almada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos
Informações;
Eleições Autárquicas;
Análise da Situação Política.

CONSELHO DISTRITAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h30, no Auditório da Associação Empresarial de Lousada, em Lousada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos
Informações;
Análise da Situação Política.

CONSELHO DISTRITAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 22h00, no Auditório da Associação Empresarial de Lousada, em Lousada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados do Conselho Distrital da JSD à Assembleia Distrital do PSD/PORTO.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 31 de Agosto de 2004, na Sede Distrital.

As urnas estarão abertas das 22h30 às 23h30.

CONSELHO DISTRITAL da ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da Área Oeste, para reunir no próximo dia 09 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Distrital, sita na Rua 9 de Abril, n.º 9 - 3.º andar, Torres Vedras, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos
Ponto Único – Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital.

NOTA:

- As urnas estarão abertas entre

as 21h30 e as 24h00.

- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção;

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua 9 de Abril, n.º 9 – 3.º andar, em Torres Vedras, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Área Oeste.

NOTA:

- As listas devem ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

SOBRAL de MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Concelhia, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 9 – 1.º Dt.º, Sobral de Monte Agraço, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Área Oeste.

NOTA:

- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Alenquer, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Concelhia, sita na Rua 25 de Abril, n.º 90 – 4.º Esq., Alenquer, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Área Oeste.

NOTA:

- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

ARRUDA dos VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Concelhia, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 6, Arruda dos Vinhos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Área Oeste.

NOTA:

- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Cadaval, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Concelhia, sita na Rua D. Fernando, n.º 12, Cadaval, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Área Oeste.

NOTA:

- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Lourinhã, para reunir no próximo dia 03 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Concelhia, sita na Urbanização do Parque Desportivo, n.º 27 cave, Lourinhã, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD da Área Oeste.

NOTA:



- As listas devem ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

CPS/JSD OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ovar, para reunir no próximo dia 3 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia da JSD/PSD, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84 - 1.º Esq. em Ovar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição do Núcleo Residencial da JSD de Cortegaça;
- 2- Eleição do Núcleo Residencial da JSD de Esmoriz;
- 3- Eleição do Núcleo Residencial da JSD de Maceda;
- 4- Eleição do Núcleo Residencial da JSD de Ovar-Furadouro;
- 5- Eleição do Núcleo Residencial da JSD de São João;
- 6- Eleição do Núcleo Residencial da JSD de Valega;

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na Sede Concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco o Plenário Eleitoral da Secção de Viseu da JSD, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Setembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD Viseu, sita no Rossio, n.º 14, 2.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Viseu da JSD.

NOTA:

- As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD Viseu.

- As urnas permanecerão abertas por um período de duas horas e meia, que decorrerá entre as 15h00 e as 17h30 no dia acima indicado.

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia de Secção de Resende, para uma reunião a ter lugar no dia 14 de Agosto de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os Órgãos de Secção de Leiria para o dia 2 de Outubro do corrente pelas 19h00, na Sede Concelhia da JSD, sita na Av. José Jardim, 32, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede em cima citada.

2- As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos individual ou conjunta.

3- A urna permanecerá aberta por um período de três horas. Assim sendo a urna estará aberta das 20h00 às 23h00.

4- Os candidatos só poderão integrar uma das listas concorrentes a cada órgão.

5- As listas candidatas aos órgãos tipo Assembleia deverão incluir um número de candidatos suplentes equivalente a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos.

6- Para que uma lista possa ser entendida como completa deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos estatutos.

CHAMUSCA

De acordo com os Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD da Chamusca, para o dia 4 de Setembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD da Chamusca, sita na Rua Direita de São Pedro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

As listas devem ser propostas por quaisquer 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para os eleger.

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, na Sede Distrital do PSD de Santarém.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 22h30.

VILA NOVA de CERVEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Vila Nova de Cerveira, a reunir no próximo dia 28 de Agosto de 2004, pelas 20h00, na Sede Concelhia do PSD, no Concelho de Vila Nova de Cerveira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário;
- 3- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá das 20h00 às 21h00, em sistema de urna aberta.

As listas candidatas deverão ser apresentadas até às 24h00 do 3.º dia antes do começo dos trabalhos, no mesmo local da votação.

CONSELHO DISTRIAL de VIANA do CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Viana do Castelo ordinário, a reunir no próximo dia 29 de Agosto de 2004, pelas 20 horas na Sede Concelhia do PSD, no Concelho de Valença, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política
- 2- Informações

CONSELHO DISTRIAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 04 de Setembro de 2004, pelas 17 horas na Sede Concelhia da JSD de Oleiros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Período antes da Ordem do Dia;
- 2- Definição do Calendário Eleitoral dos Órgãos Distritais;
- 3- Definição do Regulamento, data e tramites de funcionamento do Conselho Distrital Eleitoral;
- 4- Análise da Situação Política;



convocatórias

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes dos TSD com capacidade eleitoral activa, e simultaneamente militantes do PSD, para a eleição dos Delegados dos TSD à Assembleia Distrital de Braga do PSD.

A eleição terá lugar no dia 17 de Setembro de 2004, entre as 18h00 e as 22h30, na sede distrital sita à Rua Santa Margarida n.º 2-2º/Sala 8, na cidade de Braga, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Eleição dos Delegados dos TSD à Assembleia Distrital de Braga do PSD

A(s) lista(s), completa(s) de 38 membros efectivos, deve(m) ser entregue(s) até às 24h00 do dia 14 de Setembro de 2004 na Sede Distrital dos TSD.

Ao abrigo da alínea a) do ponto 3

do artigo 53º dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Administração Pública de Braga para eleger o respectivo Secretariado de Secção.

A eleição terá lugar dia 17 de Setembro de 2004, entre as 18H00 e as 22H30, na sede distrital sita à Rua Santa Margarida n.º 2-2º/sala 8, na cidade de Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral

A(s) lista(s), completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do dia 10 de Setembro de 2004 na Sede Distrital dos TSD.

Ao abrigo da alínea a) do ponto 3 do artigo 53º dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos Bancários de Braga para eleger o respectivo Secretariado de Secção.

A eleição terá lugar dia 17 de Setembro de 2004, entre as 18H00 e as 22H30, na sede distrital sita à Rua Santa Margarida n.º 2-2º/sala 8, na cidade de Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral

A(s) lista(s), completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do dia 10 de Setembro de 2004 na Sede Distrital dos TSD.

Ao abrigo da alínea a) do ponto 3 do artigo 53º dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Energia de Braga para eleger o respectivo Secretariado de Secção.

A eleição terá lugar dia 17 de Setembro de 2004, entre as 18H00 e as 22H30, na sede distrital sita à Rua Santa Margarida n.º 2-2º/sala 8, na cidade de Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral

A(s) lista(s), completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do dia 10 de Setembro de 2004 na Sede Distrital dos TSD.

Ao abrigo da alínea a) do ponto 3 do artigo 53º dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos Enfermeiros de Braga para eleger o respectivo Secretariado de Secção.

A eleição terá lugar dia 17 de Setembro de 2004, entre as 18H00 e as 22H30, na sede distrital sita à Rua Santa Margarida n.º 2-2º/sala 8, na cidade de Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral

A(s) lista(s), completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do dia 10 de Setembro de 2004 na Sede Distrital dos TSD.

Ao abrigo da alínea a) do ponto 3 do artigo 53º dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos Professores de Braga para eleger o respectivo Secretariado de Secção.

A eleição terá lugar dia 17 de Setembro de 2004, entre as 18H00 e as 22H30, na sede distrital sita à Rua Santa Margarida n.º 2-2º/sala 8, na cidade de Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral

A(s) lista(s), completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do dia 10 de Setembro de 2004 na Sede Distrital dos TSD.

Reunião do Primeiro-Ministro com o Governador do Banco de Portugal



Decorreu na residência oficial do Primeiro-Ministro, na segunda-feira da semana passada, uma reunião entre Pedro Santana Lopes e o Governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio. Nesta reunião esteve também presente o ministro das Finanças.

Os jornalistas presentes foram informados da possibilidade da redução do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS) caso exista “folga” orçamental que o permita e que – a concretizar-se - poderá ser posta em prática através de um conjunto de deduções que melhorem a situação das famílias com menos rendimentos e com mais filhos, por exemplo.

“Tudo o que poder ser feito nesta área será com o objectivo de reforçar a justiça social”.

O Primeiro-Ministro tinha sido inequívoco na garantia de que o Governo não se desviará do rigor e da exigência de controlo de gastos públicos. “O rigor não é uma circunstância, é uma exigência permanente e esta exigência não depende da existência ou não de défice, mas sim do respeito do Estado pelo dinheiro dos contribuintes”.

Vitor Constâncio afirmou que “É necessário continuar o combate à evasão fiscal e reduzir a despesas, nomeadamente acabando com um conjunto de isenções e benefícios que foram postos em prática ao longo dos anos e que hoje já não se justificam”. – **Fonte: Lusa**

Telegrama de Schroeder a Pedro Santana Lopes



Logo após a indigitação, pelo Presidente da República, de Pedro Santana Lopes como Primeiro Ministro de Portugal, o primeiro telegrama de felicitações a chegar da parte de um chefe de Governo estrangeiro, foi enviado pelo chanceler alemão, Gerhard Schroeder, expressando a esperança de o executivo liderado por Pedro Santana Lopes “continuará a fortalecer o desenvolvimento da União Europeia”.

Na mensagem enviada a Santana Lopes, o chanceler alemão sublinha que as relações bilaterais são “tradicionalmente estreitas e fortes” e que “em muitas questões de política externa, Alemanha e Portugal estão de acordo”.

“Alegrar-me-ia que nos conhecêssemos pessoalmente num futuro próximo, possivelmente na reunião prevista com o seu antecessor, em Outubro deste ano”, concluiu Schroeder, na mensagem enviada a Santana Lopes. – **Fonte: Lusa**



O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso esteve em Lisboa esta semana e manteve um encontro de mais de uma hora com o Presidente da República, Jorge Sampaio, no Palácio de Belém.

O anterior Primeiro-Ministro português reiterou a convicção de que o elenco da

Comissão Europeia deverá estar completo até à semana que se inicia a 23 de Agosto.

Durão Barroso disse ter agradecido a Jorge Sampaio as felicitações que o Presidente da República lhe dirigiu, após a sua eleição e referiu ter informado o Presidente da República sobre as prioridades que tem para a Comissão Europeia. Agradeceu também as felicitações que lhe foram dirigidas na Cimeira da CPLP em S. Tomé e Príncipe. “Foi um gesto que muito me sensibilizou”, disse. – **Fonte e foto: Lusa**

O debate no Parlamento

Primeiro-Ministro, Ministros e Maioria sustentam com brilho o Programa

Nos dias 27 e 28, decorreu, na Assembleia da República, o debate sobre o Programa do Governo, no final do qual e após votações de moções da oposição e da maioria, o Governo ficou plenamente legitimado e entrou em funções.

Foi um debate interessante mas que pouco trouxe de novo, em relação ao comportamento das Oposições, que foi o habitual, composto por críticas mais ou menos acerbicas e sem apresentação de qualquer proposta alternativa às que o novo executivo apresentava no seu programa.

De acordo com o regimento, o Primeiro-Ministro, em nome do Governo, iniciou o debate, proferindo um importante discurso, que reproduzimos:

«Senhor Presidente, senhores Membros do Governo, senhoras e senhores Deputados: na apresentação do programa do XVI Governo Constitucional, quando me diriji pela primeira vez ao plenário da assembleia da república como Primeiro-Ministro, quero dedicar uma saudação especial a V. Ex. Senhor Presidente, e através de V. Ex., a todas as deputadas e deputados que integram os diferentes grupos parlamentares.

«Regresso agora, no exercício de funções diferentes e de maior responsabilidade, a uma casa que muito bem conheci, quer como deputado quer

os membros do executivo - para trabalhar com o Parlamento num espírito de colaboração leal e construtiva, que considero indispensável para garantir o regular funcionamento do nosso sistema político.

«Esta atitude de franca colaboração com a Assembleia da República é a mesma que sabemos manter com os demais órgãos de soberania, no quadro das responsabilidades de cada um.

«Desde logo com o senhor Presidente da República que respeitamos como supremo magistrado da nação portuguesa e a quem são atribuídas competências relevantes no equilíbrio de poderes estabelecido pela lei fundamental.

«Mas também com os tribunais, que constituem um pilar essencial do estado de direito democrático e a garantia última dos direitos dos cidadãos.

«É pois com uma atitude de permanente abertura e com uma total disponibilidade para o diálogo institucional que podem contar da parte do governo que me orgulho de chefiar.

«O XVI governo constitucional tomou posse como consequência de circunstâncias excepcionais, decorrentes da designação do antigo Primeiro-Ministro, Dr. José Manuel Durão Barroso, para as relevantes funções de presidente da comissão europeia.

qual vem sendo desenvolvido desde abril de 2002, de acordo com uma estratégia de acção coerente. Um projecto político de recuperação e de afirmação do nosso país, cujos resultados positivos são visíveis de modo consistente.

«Nada do que é essencial para esse projecto político mudou.

«É certo que o Primeiro-Ministro foi substituído - repito, por razões de relevantíssimo interesse nacional - e que, como novo Primeiro-Ministro, escolhi uma nova equipa governativa. Como é imperativo constitucional.

«Mas o novo governo move-se - exactamente - no mesmo quadro do anterior. A legitimidade política de ambos é idêntica porque ambos resultam da vontade dos portugueses, expressa em eleições legislativas, no momento adequado; porque ambos são fruto de nomeação por parte do presidente da república; porque ambos emanam da mesma maioria parlamentar, que se mantém unida e determinada a assegurar a indispensável estabilidade política e a assumir plenamente as suas responsabilidades perante os portugueses.

«Ambos partilham o compromisso solene de fazer cumprir um programa político apresentado pelo XV Governo Constitucional, agora retomado e desenvolvido pelo XVI Governo Constitucional.



«A actual maioria deixou claro, desde a primeira hora, que esta legislatura seria dividida em duas fases distintas»

«Estamos seguros de que em 2006, quando os portugueses forem chamados a pronunciar o seu juízo, saberão reconhecer o esforço e a dedicação de quem assumiu a condução dos destinos do nosso país, no momento em que este atravessava uma gravíssima crise política, económica e de confiança e foi capaz de recolocar Portugal nos caminhos do progresso e do desenvolvimento.

«A actual maioria deixou claro, desde a primeira hora, que esta legislatura seria dividida em duas fases distintas. A primeira, a decorrer até 2004, destinada a pôr ordem nas finanças públicas, a lançar as reformas estruturais, por tanto tempo adiadas, e a construir as bases de um novo modelo de desenvolvimento económico.

«O governo anterior assumiu, perante os portugueses, um compromisso de mudança. Um compromisso que honrou e cujos resultados são hoje visíveis, no plano interno, na recuperação da imagem externa, e em particular da credibilidade perante os nossos parceiros europeus.

«A coragem e a determinação do anterior governo permitem-nos encarar esta nova fase da nossa vida colectiva de uma forma diferente, certos de que muitas dificuldades permanecem; certos também de que se abrem novas e mais propícias oportunidades.

«Para que não restem quaisquer dúvidas, quero aqui reafirmar solenemente, a nossa determinação

como membro do governo. Uma casa que representa todos os cidadãos portugueses. Uma casa que, desde sempre me habituei a admirar e a respeitar.

«Nesta ocasião, desejo reafirmar convictamente, esse respeito e essa admiração. Não esqueço que, em democracia, é o governo que depende da assembleia e não o contrário.

«Por isso, estarei sempre disponível - tal como

«A sua eleição, entretanto ocorrida, constitui para Portugal um motivo de orgulho. É, simultaneamente, uma forma relevante de contribuir para a afirmação internacional do nosso país, porquanto se trata de um dos lugares mais importantes na actual ordem internacional.

«Neste contexto, importa desde logo reafirmar que continua a existir em Portugal um projecto político, apoiado por uma maioria parlamentar, o



de continuar o caminho que vem sendo seguido, nomeadamente na consolidação das finanças públicas e no controle do défice orçamental.

«Ao mesmo tempo, afirmamos a nossa intenção de explorar as possibilidades abertas pelo início do ciclo de crescimento económico para, de uma forma ponderada e realista, ir ao encontro das necessidades dos portugueses, especialmente daqueles que se encontram em situação de maior dificuldade.

«Também aqui somos coerentes com a mensagem de sempre desta maioria, segundo a qual pedimos sacrifícios aos nossos compatriotas no curto prazo, para que, a médio e longo prazo, pudéssemos alcançar as condições de vida a que aspiramos.

«É esse compromisso que estaremos em condições de cumprir, sem abandono do rigor e sem cedências à demagogia ou ao facilitismo.

«Fazemo-lo em homenagem à concepção personalista da política que sempre nos orientou. A uma concepção que vê o ser humano e a resolução dos seus problemas concretos como fim da actividade política.

«Por isso, nos não conformamos com a permanência de situações de pobreza e de exclusão.

«Recusamos as teses derrotistas dos que afirmam que o nosso país não consegue travar, com êxito, os combates exigentes de um mundo globalizado. Acreditamos na nossa capacidade para realizar o objectivo estratégico de fazer do nosso país, um dos mais desenvolvidos da Europa.

«Estamos conscientes de que podemos confiar em Portugal e nos Portugueses. O País tem agora razões de esperança.

«Somos os melhores, sempre que nos confrontamos com um desafio. Somos os melhores, sempre que nos propomos a um objectivo concreto. Somos os melhores, sempre que estamos à prova. Conhecemos as nossas capacidades. Basta dar-lhes sentido.

«Mas não nos iludamos. Só o trabalho – muito trabalho – e o talento, nos trazem resultados. Por outras palavras: produtividade e qualidade são as palavras-chave da competitividade. O País precisa de produzir mais, Portugal tem de criar riqueza, a economia tem de crescer.

«Acreditamos na nossa capacidade para dar a volta às dificuldades, apostando no trabalho, no rigor, na competência, no mérito, na exigência, no esforço individual e na solidariedade colectiva.

«O programa que o Governo vos apresenta é, assumidamente, um programa de continuidade»



«Esse é o nosso rumo. Esse o único caminho que honra o nosso passado, serve o futuro dos nossos filhos e colocará Portugal no lugar que lhe é devido

no concerto das nações, afirmando a sua cultura no Mundo

«Por tudo o que referi anteriormente, o programa que o Governo vos apresenta é, assumidamente, um programa de continuidade do programa do executivo que nos antecedeu: nos



propósitos, nas políticas, nas decisões.

«Em muitos casos chega a ser, deliberadamente, uma transposição do documento que esta assembleia analisou em abril de 2002.

«Não vou aqui proceder a uma análise exaustiva do seu conteúdo ou à enumeração das centenas de medidas que nele se apontam.

«Quero, contudo, dar-vos conta de algumas ideias estruturantes em que o programa assenta e que reputo de especialmente importantes. Destaco cinco:

- 1) Rigor nas finanças públicas
- 2) incentivo ao crescimento económico
- 3 reforço da justiça social
- 4) modernização do estado e da administração
- 5) aposta na qualificação dos portugueses

«Em primeiro lugar, rigor nas finanças públicas. A determinação com que este problema foi enfrentado já permitiu corrigir muitos dos desequilíbrios existentes. Permitiu, designadamente, conduzir ao levantamento do procedimento por défice excessivo que havia sido desencadeado pela união europeia.

«Trilhámos uma parcela importante do caminho e nele vamos permanecer de uma forma convicta. Não porque tenhamos alguma obsessão orçamental ou financeira, mas pela simples razão de que o défice constitui, objectivamente, uma das principais causas de desequilíbrio da nossa economia e um dos maiores entraves ao desenvolvimento.

«A consolidação orçamental continuará assim no centro das preocupações deste governo. Por isso propomos aos portugueses a celebração de um verdadeiro contrato orçamental. Da parte da oposição esperamos que, a cada proposta de despesa, corresponda uma proposta de receita.

«Um contrato assente na verdade, na transparência e no rigor; um contrato que rejeite a ideia de que é possível prometer facilidades a todos, sem que isso envolva mais gastos do Estado, e

portanto mais sacrifícios para os contribuintes.

«Um contrato que assegure a diminuição quantitativa da despesa pública, ao mesmo tempo que garanta a melhoria do investimento público reprodutivo.

«Um contrato que nos permita canalizar,

progressivamente, mais recursos para aqueles que verdadeiramente criam riqueza, os cidadãos, os agentes económicos, as empresas, em vez de os consumir, tantas vezes de forma inútil ou discutível, no plano estadual.

«Em segundo lugar, estamos a voltar a viver uma situação de crescimento económico mas temos ainda pela frente desafios que importa vencer para nos aproximarmos dos padrões médios de vida dos países que conosco partilham o projecto europeu.

«Também aqui nos não move qualquer fixação economicista. A riqueza deve ser posta ao serviço das famílias e das empresas.

«Só a riqueza permitirá criar mais emprego e assim combater um flagelo, o desemprego, que hoje afecta muitas famílias em Portugal, o que tanto preocupa este Governo. Riqueza sem a qual não se pode ir ao encontro das necessidades dos que mais precisam e desenvolver uma verdadeira solidariedade social.

«Também aqui a palavra-chave continua a ser produtividade. Se não formos capazes de recuperar o significativo diferencial que em matéria de produtividade apresentamos face aos nossos maiores concorrentes o nosso atraso tornar-se-á definitivo.

«Essa é, portanto, uma tarefa nacional, que exige a cooperação de todos: Estado, trabalhadores e empresários.

«Valorizaremos a concertação social, negociaremos até ao fim, para que o contributo do trabalho seja dignamente considerado, na criação dessa riqueza que queremos distribuída.

«Consideramos essencial para a aplicação de soluções no mundo do trabalho a celebração do “contrato social para a competitividade e emprego”.

«Sabemos também, que só ganharemos a batalha da competitividade, com acções de formação em todos os níveis profissionais.

«O nosso País não pode mais assentar o seu modelo económico no recurso à mão-de-obra barata e na produção de bens de baixo valor acrescentado.

«Importa continuar a apostar no incremento da



nossa capacidade exportadora e na produção de bens transaccionáveis em condições de concorrência internacional.

«Muito depende da iniciativa e do empenho dos nossos empresários»

«Para que esse objectivo se concretize, necessitamos de empresas fortes, inovadoras e modernas. Aí, muito depende da iniciativa e do empenho dos nossos empresários. Mas ao Estado cabe uma parcela importante da responsabilidade,



através da criação de um ambiente favorável à acção das empresas.

«Somos um governo do século XXI e para o século XXI, que continuará a agir na consolidação e reforço da competitividade do tecido empresarial, no combate aos obstáculos que dificultam a formação de empresas e a sua actuação, no apoio à inovação e à qualificação profissional, na generalização do recurso às novas possibilidades geradas pela sociedade de informação.

«A captação de investimento estrangeiro permanece, igualmente, no centro das preocupações da política económica do governo.

«O desenvolvimento sustentado da economia portuguesa muito beneficiará também da aposta em sectores em que apresentamos à partida importantes mais-valias.

«Esse é, justamente, o caso do turismo, que constitui hoje uma actividade com um peso significativo no PIB nacional. A inclusão na orgânica deste governo, de um Ministério do Turismo, inovação que reputo de especialmente importante é, ao mesmo tempo, o reconhecimento do relevo que este sector apresenta e da importância crucial que pretendemos atribuir-lhe no âmbito da economia portuguesa.

«Em terceiro lugar, se há aspecto que assume para nós posição central, é certamente a determinação de fazer mais e melhor justiça social.

«O sentido de justiça social é uma marca genética da social democracia e da democracia cristã. Isso ficou bem patente ao longo dos últimos dois anos, pois mesmo em período de dificuldades e de contenção orçamental, foram adoptadas decisões em áreas tão diversificadas como as pensões, o abono de família ou a política do medicamento – para dar alguns exemplos - que testemunham a prioridade dada aos mais fracos e aos mais carenciados.

«Mas, manda a verdade que se diga, há ainda muito a fazer e subsistem problemas sérios, que a própria desumanização das sociedades modernas tende a agravar.

«Prosseguiremos pois, ainda com maior determinação, o caminho que tem vindo a ser seguido em diversos campos.

«Na saúde, trabalharemos para garantir um melhor acesso dos portugueses a estes serviços e para atribuir a cada pessoa o seu médico de família.

«Aplicaremos o novo sistema para os doentes inscritos para cirurgias, tentando assegurar, até ao final da legislatura, que ninguém espere mais de seis meses pela cirurgia de que carece.

«Aprofundaremos a experiência dos hospitais S.A. e prosseguiremos com o processo de parcerias público-privadas, para a construção de dez novas unidades hospitalares.

«Na segurança social há que prosseguir a reforma em curso, para garantir a efectiva sustentabilidade do sistema, que é confrontado cada vez mais, com os problemas decorrentes do aumento do número de beneficiários e da diminuição do número de contribuintes.

«É nosso propósito firme concretizar, de forma absolutamente prioritária, o princípio da convergência entre as pensões mínima e social e o salário mínimo nacional, assim assegurando a todos os pensionistas condições compatíveis com a dignidade do ser humano.

«Constitui ainda uma profunda preocupação de justiça social, que anima a nossa vontade, continuar a travar a batalha contra a fraude e a evasão fiscal.

«É inaceitável que alguns dos que mais podem, continuem a esquivar-se às suas obrigações, sobrecarregando a imensa maioria que cumpre, prejudicando objectivamente o esforço colectivo de solidariedade social.

«O anterior governo desenvolveu aqui uma obra assinalável no plano da informatização e do cruzamento dos dados e estamos absolutamente determinados a prosseguir o caminho.

«O quarto aspecto que queria destacar prende-se com a modernização do Estado e da Administração Pública.

«Como disse, somos um governo do século XXI e para o século XXI. Mas, mau grado o esforço e a dedicação da maioria dos funcionários, o Estado está longe de responder, de forma satisfatória, às necessidades dos cidadãos.

«Importa desde logo alterar o paradigma de organização do Estado, dele retirando as funções e tarefas que podem ser melhor desempenhadas por outros. Assumindo ao mesmo tempo, que a sua acção se deve concentrar nos domínios em que lhe cabe a responsabilidade exclusiva ou principal.

«O desafio da modernidade não apaga a relevância das tradicionais funções de soberania: a defesa, a justiça e a segurança, domínios que, pelo contrário, pedem o reforço da autoridade do Estado, tanto no plano externo como no domínio interno.

«Prosseguiremos, assim, uma política de defesa nacional orientada pela preocupação de prestigiar as forças armadas e de colocar ao seu dispor meios necessários à defesa da independência nacional e à afirmação dos nossos interesses estratégicos.

«Reforçaremos o nosso empenho na modernização da Justiça, assumindo a importância dessa política, para a criação de um ambiente favorável ao exercício pleno da cidadania.

«Preocupar-nos-emos em continuar o processo de dignificação das nossas forças de segurança porque valorizamos o seu papel determinante para a tranquilidade da vida em sociedade.

«Não é possível agilizar o país mantendo uma administração pública burocrática e desresponsabilizada»

«Por outro lado, nas reformas da administração, preocupam-nos (preocupam-nos muito!) as assimetrias de desenvolvimento que continuam a registar-se entre as diferentes regiões do nosso país e que põem em causa a efectiva igualdade de oportunidades entre portugueses.

«O governo está determinado a prosseguir o processo de descentralização em boa hora iniciado pelo governo anterior, designadamente através do desenvolvimento das grandes áreas metropolitanas e das comunidades urbanas e da intensificação do processo de transferências de atribuições e de competências para essas entidades.

«A prossecução da reforma da administração pública será outra das nossas prioridades. Não é possível agilizar o país mantendo uma administração pública burocrática e desresponsabilizada. Como não é possível garantir eficazmente os direitos dos cidadãos com um aparelho administrativo incapaz de responder em tempo útil às suas pretensões.

«Levaremos a cabo um conjunto de medidas que permitam dotar a administração pública de eficácia. Vamos simplificar os procedimentos, aproximando a máquina dos cidadãos a quem ela se destina, valorizando o contributo e o mérito dos que nela prestam serviço.

«Aliás, a preocupação de proximidade face aos cidadãos levou a que uma das primeiras medidas adoptadas pelo governo tenha sido a de colocar seis secretarias de estado em seis diferentes cidades do país.

«Uma decisão que vale pelo significado político



mas que constitui, ao mesmo tempo, um primeiro passo num processo mais vasto de deslocalização de centros de decisão.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o quinto e último ponto a aludir, é o da questão verdadeiramente central da valorização dos recursos humanos.

«A maior riqueza de uma nação são, certamente, as pessoas. Hoje, mais do que nunca, o desenvolvimento de qualquer país está dependente do investimento que for capaz de fazer nas pessoas, pois a grande divisão traça-se em torno da linha que separa aqueles que têm acesso à informação e ao saber e aqueles que deles estão excluídos.

«Personalistas que somos, não vemos a questão da qualificação apenas na perspectiva do contributo para o progresso ou para a criação de riqueza. Para nós, a cultura e o saber são, antes do mais, contributos primeiros para a realização da personalidade de cada um e para a concretização

de direitos fundamentais essenciais.

«Conto, de uma forma muito especial, com a juventude»

«Direitos que não distinguem cidadãos. Conto com os portugueses portadores de deficiência; com os cidadãos de mais idade; com fiéis de todos os credos e com os imigrantes das várias raças que escolheram o nosso país para aqui trabalharem e construírem um futuro melhor para as suas famílias.

«Mas conto, de uma forma muito especial, com a juventude.

«Apostaremos na democratização do acesso à cultura e no incremento à fruição dos bens culturais. Prosseguiremos o esforço de modernização e fixação nas terras de origem do nosso sistema de ensino, insistindo especialmente no combate ao abandono escolar e na necessidade de valorizar o rigor, a excelência e a disciplina.

«Insistiremos na melhoria da qualidade do ensino superior, adaptando-o aos desafios suscitados pela declaração de Bolonha e criando condições que permitam aos nossos jovens concorrer em pé de igualdade com os parceiros dos países mais desenvolvidos.

«Apostaremos, cada vez mais, na ciência e na inovação, condição indispensável para enfrentar as exigências da era da globalização.

«Cuidaremos do desenvolvimento da sociedade da informação, explorando em toda a latitude as inúmeras oportunidades que abre, vendo nela um contributo essencial para superar os grandes desafios que o nosso país enfrenta.

«O XVI Governo Constitucional assume funções no contexto de uma situação internacional e europeia particularmente exigente.

«Ora, é sobretudo nos momentos de maior indefinição que devemos reafirmar os valores e princípios que conduzem a nossa política externa e materializar as opções em que ela se traduz.

«No plano global, as questões de paz e de segurança assumem hoje um papel prioritário, tendo em conta, muito especialmente, a ameaça do terrorismo nas suas diversas formas e manifestações.

«Em tal contexto, reafirmamos, antes do mais, a importância central que sempre reconhecemos às Nações Unidas.

«Ao mesmo tempo, sublinhamos a convicção de que a NATO deve continuar a constituir o elemento central para a garantia da segurança no espaço euro-atlântico, e nesse quadro, a especial importância da relação com os Estados Unidos da América.

«Há muito que a Europa deixou de ser apenas uma opção de política externa para se transformar num verdadeiro desígnio nacional.

«O nosso futuro colectivo joga-se no tabuleiro europeu e a nossa capacidade de nos afirmarmos, enquanto colectividade, está sobretudo dependente da capacidade que demonstrarmos para participar, de forma activa, no aprofundamento do processo de integração nesta união que atravessa momentos de grande transformação.

«Desde logo, em função do alargamento a dez novos estados, que constituiu a realização de um imperativo político e histórico, mas que vai necessariamente envolver um esforço maior da parte de um país com as características do nosso.

«Pela frente temos já uma batalha difícil – a negociação das perspectivas financeiras – que há poucos dias teve o seu início e que vai exigir um trabalho rigoroso e complexo.

«Por outro lado, foi adoptado um tratado constitucional, destinado justamente a adaptar a organização da Europa, às necessidades específicas de uma vivência a vinte e cinco estados.

«O desafio mais imediato prende-se agora com a ratificação e entrada em vigor desse tratado o que, no caso português requer, como foi afirmado pelo

anterior governo, o estabelecimento de um acordo político quanto aos termos em que uma consulta popular se poderá realizar.

«A nossa preocupação central é, pois, a de ancorar firmemente o nosso país na primeira linha da construção europeia.

«Não o dizemos, contudo, por exercício de retórica política. Repito, a defesa dos interesses estratégicos do nosso país depende essencialmente da capacidade de afirmação na Europa.

«Contudo, esta tarefa não depende apenas do governo. Envolve a mobilização dos outros órgãos de soberania e, em termos mais gerais, da comunidade nacional.

«É no sentido de criar essa mobilização que iremos actuar, sensibilizando especialmente os nossos compatriotas para a importância que as questões europeias assumem – hoje e futuramente – na sua vida quotidiana.

«Mas, se estamos por convicção no projecto europeu, nem por isso deixamos de valorizar o relacionamento com o espaço da lusofonia.

«Tal valorização contribui para o aprofundamento das relações da união com as zonas do mundo em que se inserem os países que falam o português e reforça o nosso estatuto perante os outros membros da união europeia.



«O governo vai, assim, aprofundar a relação com todos os países de língua oficial portuguesa. Iremos apostar no aumento da capacidade de intervenção da CPLP, que consideramos um instrumento essencial para a afirmação no mundo da língua e da cultura lusófonas.

«Hoje mesmo, com o senhor Presidente da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros participa, em São Tomé e Príncipe, num encontro com esses nossos parceiros de privilégio, aos quais quem nos unem a língua, a amizade, o passado e o futuro dos nossos povos.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o XVI Governo Constitucional tem uma noção clara dos objectivos que pretende atingir.

«Identificámo-los no programa que agora apresentamos e estamos determinados a levá-los à prática, dando seguimento ao trabalho de reconstrução nacional desenvolvido pelo anterior executivo.

«Ao mesmo tempo, não ignoramos as dificuldades do percurso e a exigência das batalhas

que temos pela frente.

«Assumimos funções com um espírito de total abertura. Não pretendemos ter razão em todas as circunstâncias.

«Compreendemos, além do mais, que muito do que tem de ser feito não depende apenas do governo ou da maioria que o apoia que quero saudar com convicção.

«Por isso, estamos certos de que todos ganharíamos com o estabelecimento, sempre que possível, de consensos políticos, em particular no que se convencionou designar por questões de regime, designadamente na política externa, na política de defesa, na política de finanças públicas ou na política de justiça.

«Nesse sentido, quero aqui deixar um apelo à oposição, em especial ao Partido Socialista, para que nos acompanhe na procura de soluções realistas e construtivas para os múltiplos desafios que o país enfrenta.

«A nossa disponibilidade para a construção de consensos é genuína e sincera. Trabalharei nesse sentido.»

O Primeiro Ministro, que tinha sido várias vezes interrompido com os aplausos da maioria foi, no final do seu discurso, aplaudido de pé, pelos deputados da coligação.

Seguiram-se as intervenções de fundo das diversas bancadas.

Tavares Moreira faz a intervenção de fundo da bancada social-democrata

A intervenção de fundo da bancada do PSD, na sua altura própria do debate, foi feita pelo Deputado Tavares Moreira, que começou por referir a situação em que, há dois anos, o Governo apoiado pela actual maioria, encontrou o País. E afirmou:

Quando há pouco mais de 2 anos o XV Governo Constitucional iniciava funções, a economia do País encontrava-se mergulhada numa gravíssima crise, cujos contornos foram já objecto da mais ampla discussão e análise.

É interessante notar que essa crise apresentava pontos comuns e pontos importantes de diferença em relação às três crises económicas anteriores do período pós-25 Abril. Como pontos comuns, podemos referir:

A origem da crise, uma vez mais decorrente de um enorme desfasamento entre o nível da despesa (privada e pública) e a capacidade da oferta de bens e serviços da economia;

A forte desaceleração da actividade económica interna e externa, traduzindo-se num ambiente recessivo expressamente reconhecido em diploma legal dos últimos dias do Governo socialista – o DL 60/2002, de 20 de Março – num exercício curioso e muito pouco vulgar de confissão de uma realidade adversa. Com o passar do tempo, porém, essa declaração autêntica da existência de um clima de recessão económica foi a pouco e pouco convertida num processo de crítica ao novo Governo, que a oposição pretendeu responsabilizar por uma situação que ela própria tinha reconhecido, inequivocamente, existir antes mesmo de o Governo iniciar funções! Que estranha forma de fazer política, essa!

Mas essa crise apresentava também pontos de diferença importantes em relação às anteriores:

- Pela primeira vez a crise não estava associada a uma situação de falta de confiança na moeda, uma crise cambial, com as crónicas saídas de capitais para o exterior, não suscitando por isso uma subida das taxas de juro nem a correcção da taxa de câmbio. A razão é simples, estávamos já em ambiente de moeda única, ao abrigo de um novo regime económico e financeiro;

- Um crescimento sem precedentes do endividamento dos agentes económicos, em



especial das Famílias, explicável pelas novas perspectivas económicas associadas à moeda única e pela redução das restrições de liquidez que um nível muito baixo das taxas de juro proporcionava;

O País encontrar-se sujeito a uma nova disciplina financeira e orçamental, colectivamente definida e assumida no quadro da União Europeia - zona Euro em especial – a qual incluía parâmetros estritos para a dimensão do défice público e para o nível da dívida pública total (PEC).

Este novo enquadramento da crise económica portuguesa do início de 2002, **se por um lado permitia que essa crise** não apresentasse a mesma nota de emergência das crises dos anos 70 e 80 (sobretudo), com a conseqüente sujeição aos ditames do FMI, **por outro lado** impunha dificuldades acrescidas na condução da política económica, agora desprovida dos instrumentos tradicionais de regulação, as taxas de juro e a taxa de câmbio, que tão decisivas e eficazes tinham sido na correção das anteriores crises e desequilíbrios económicos.

Para retirar a economia de uma situação tão complexa e difícil, de uma descrença total dos agentes económicos, restavam ao Governo a política orçamental e a persuasão, procurando com esses instrumentos corrigir o nível excessivo da despesa pública e da procura interna, influenciando coerentemente as expectativas dos agentes económicos.

Sempre entendi, por isso, e continuo a entender, que o famoso discurso “da tanga”, proferido pelo então PM nesta Assembleia, em Maio de 2002, foi um discurso oportuno, lúcido e corajoso. Talvez por isso mesmo esse discurso tenha sido tão atacado, em especial pelas oposições.

A tarefa que o XV Governo tinha pela frente, no campo económico, configurava uma verdadeira “quadratura do círculo”: em ambiente económico recessivo, com a actividade económica em forte desaceleração impunha-se (i) restaurar a disciplina das finanças públicas, superando a difícilíssima situação resultante do facto de termos sido o primeiro País da EU a violar as regras de disciplina orçamental do PEC, (ii) corrigir os insustentáveis desequilíbrios entre a despesa e a produção de bens e serviços, que tinham feito subir em flecha o défice externo e lançado o País num processo de endividamento de alto risco e (iii) criar, no mais breve prazo, as condições de um crescimento económico sustentado e saudável, retomando, logo que possível, o processo de convergência para o nível médio de rendimento real da União Europeia a 15.

O XV Governo tinha de fazer a “quadratura do círculo”

Esta “quadratura do círculo” viria ainda a ser agravada com a forte valorização do Euro ocorrida em 2003, que contrariava seriamente a estratégia de recuperação assumida, e logo a seguir pela forte subida dos preços do petróleo, com efeitos adversos semelhantes.

É da mais elemental justiça reconhecer o mérito excepcional do XV Governo no cumprimento da sua estratégia de política económica, tendo conseguido em apenas dois anos, contra todas as vicissitudes, transformar uma situação de crise profunda, quase sem esperança, numa situação de clara recuperação, inofismavelmente reconhecida por todos os Institutos independentes que têm acompanhado a evolução da nossa economia, internos e externos. Os quais já apontam, para 2004, uma taxa de crescimento superior à que o próprio Governo tinha apresentado e, para 2005, uma taxa de crescimento em linha com a da União Europeia.

Este resultado deve muito, mas muito, ao trabalho de excepcional persistência do XV Governo e, em especial, da sua Ministra das

Finanças, a quem aqui presto uma homenagem que CREIO ser mais do que merecida. Ela foi capaz de protagonizar, de forma ímpar, esse tremendo esforço de mudança da política económica, sabendo interpretar e executar, de forma escrupulosa, as verdadeiras prioridades da política, pondo sempre em primeiro lugar o interesse do País. Ela cumpriu, de forma exemplar, uma das mais difíceis e árduas tarefas que no domínio da política económica foram alguma vez confiadas a um governante em Portugal.

As mais recentes informações da conjuntura económica, designadamente as que foram divulgadas pelo INE para o mês de Junho, mostram a actividade económica em franca recuperação, registando no 2º trimestre uma aceleração em relação ao primeiro, pelo que é previsível, nesse período, uma taxa de crescimento do PIB mais elevada, tanto em cadeia como (sobretudo) em termos homólogos. Os desequilíbrios económicos estão contidos, não obstante essa recuperação da actividade, e a própria evolução do desemprego – normalmente a última variável a responder na fase de recuperação – dá os primeiros sinais de inversão. Por sua vez, os dados da execução orçamental até Junho constituem, igualmente, um sinal positivo.

O XVI Governo tornou já bem claras as suas prioridades de política económica

Neste novo quadro, o XVI novo Governo tornou já bem claras as suas prioridades de política económica: (i) prosseguimento do rigor orçamental, (ii) aprofundamento das reformas estruturais e (iii) aposta reforçada no crescimento económico e em medidas do lado da oferta.

O rigor orçamental tem a ver com ao prosseguimento do esforço de consolidação orçamental (CO), matéria que foi abundantemente tratada no discurso do Senhor Presidente da Republica por ocasião da posse do novo Governo. Julgo que é essencial termos presente que a CO diz respeito, em primeiro lugar e acima de tudo, ao controlo do crescimento da despesa pública, com natural relevo (mas não exclusivamente) para a



despesa corrente primária. A este respeito, parece-me esclarecedora a citação da seguinte passagem do último relatório da C.E. sobre a política económica portuguesa “The Portuguese Economy After the Boom”: **“Uma estratégia de CO, para ser bem sucedida, só pode ser conseguida através da contenção do crescimento da despesa corrente primária, a qual, por sua vez, requer a introdução de um programa de reformas estruturais. Tal estratégia é conforme às Orientações Gerais de Política Económica, nas quais se advoga uma CO assente fundamentalmente no controlo da despesa orçamental, até porque a experiência tem demonstrado que, para**

além de limitar os custos de ineficiência associados a elevadas taxas marginais de imposto, essa CO tem uma resistência bem maior às flutuações do ciclo económico”. Mais claro, não é possível.

Assim, no **curto prazo**, importa conter as despesas correntes compressíveis e também, sem complexos, ser bastante selectivos nas despesas catalogadas como de investimento, realizando apenas aquelas que apresentem um retorno económico ou social mais relevante. **No médio e longo prazo**, a CO implica, fundamentalmente, o prosseguimento e o aprofundamento das reformas estruturais, sobretudo em três domínios: (i) administração pública (ii) segurança social e (iii) saúde. Estamos aqui também a tratar da sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo, a qual é essencial, entre outras razões, por respeito pelo princípio da equidade inter-generacional.

Do que antecede, parece ainda claro que o prosseguimento do objectivo de CO não é incompatível com algumas medidas de alívio fiscal, designadamente no que respeita à tributação do rendimento das Famílias e das empresas. Julgo mesmo que algum alívio fiscal para as FAMÍLIAS poderá constituir um tónico importante para que o prosseguimento de esforço de CO, que vai levar anos não tenhamos ilusões, seja melhor compreendido e aceite pelos cidadãos. É preciso dar sinais concretos de que esse esforço e os sacrifícios que lhe são inerentes valem a pena, que são retribuídos. E que melhor sinal, para transmitir esse entendimento, do que uma redução do imposto sobre o rendimento?

Isso não porá em causa o objectivo de CO, que todos devemos defender, nem me parece também que ponha em causa os equilíbrios económicos que tanto trabalho deram a repor.

O Governo saberá, estou certo, tomar as medidas adequadas, já no próximo orçamento, para concretizar estas ideias, prosseguindo a trajectória de CO.

Finalmente, a ênfase que no programa do Governo é colocada nos objectivos de crescimento económico e em medidas do lado da oferta – com a reafirmação do Programa para a Produtividade e Crescimento - afigura-se inteiramente justificada. Esse já constituía, recorde, o objectivo final da política económica do XV Governo. Só que, para atingir esse objectivo, era imprescindível resolver algumas pré-condições, cumprir algumas etapas intermédias que, a pouco e pouco, vão sendo cumpridas. Por isso, uma referência enfática ao crescimento se torna, dia a dia, mais justificada.

Nestes termos, não temos dúvidas em dizer, Senhor PM, que o Governo pode contar com o apoio do Grupo Parlamentar do PSD para a execução do seu programa, da mesma forma que apoiamos o programa do anterior Governo. Desejamos-lhe e ao seu Governo muito boa sorte, também bastante necessária de resto para o cumprimento do Programa cuja aprovação iremos votar.

Guilherme Silva encerra a intervenção da bancada do PSD

Mais tarde, a intervenção do PSD no encerramento do debate, foi feita, como é da praxe, pelo presidente do Grupo Parlamentar, Guilherme Silva que, dirigindo-se à Câmara e ao Governo afirmou: «Senhor Presidente, senhor Primeiro-Ministro, senhoras e senhores Membros do



Governo, senhoras e senhores Deputados, começo esta intervenção com uma saudação muito especial: uma saudação ao anterior Primeiro-Ministro e actual Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso.

«Ao ser eleito Presidente da Comissão Europeia o Dr. Durão Barroso provou ter um estatuto e granjeado um prestígio internacionais de inquestionável relevo.

«Ao ser escolhido para exercer um cargo desta relevância internacional, o mais alto jamais assumido por um cidadão Português, o Dr. Durão Barroso honra Portugal, valoriza a imagem do nosso País e prestigia uma Nação com 8 séculos de História a que todos nos orgulhamos de pertencer.

«Ao assumir estas funções, o Dr. Durão Barroso afirma o universalismo da alma Portuguesa e mostra a nós próprios, à Europa e ao Mundo que, sendo um País pequeno em território, Portugal pode e deve ser, hoje e cada vez mais no futuro, um País politicamente relevante, orgulhoso do seu património cultural e um País prestigiado com uma voz escutada e respeitada na cena internacional.

«Portugal confronta-se hoje com um desafio estratégico incontornável e uma atitude política insubstituível. O desafio estratégico é o da competitividade. A atitude política é a dinâmica reformadora.

«Sejamos claros: Portugal não é, ainda hoje, um País competitivo. No Estado, na economia e na sociedade. Mas temos de ter, rapidamente, importantes ganhos de competitividade.

«Num tempo de globalização, numa Europa alargada e numa época de concorrência feroz, de duas, uma: ou Portugal consegue competir com sucesso, ou Portugal consegue ser um País atractivo para o investimento, ou «Portugal consegue ser inovador nos métodos de produção e moderno no desenvolvimento tecnológico ou, então, cavaremos o nosso empobrecimento, o nosso isolamento e a nossa irrelevância.

«É este o grande desafio estratégico que temos de vencer. Somos um País geograficamente periférico. Mas não podemos ser um País condenado à periferia política, económica e tecnológica.

«Só ganhando competitividade podemos crescer mais do que os outros e aumentar o poder de compra dos salários e das pensões.

«Só ganhando competitividade podemos gerar mais e melhor emprego, oferecendo novas oportunidades à juventude Portuguesa, combatendo a exclusão e as desigualdades sociais.

«Só ganhando competitividade podemos garantir a presença entre nós de centros de decisão essenciais e estratégicos, fazendo com que Portugal seja um País economicamente soberano e não um qualquer região da Península ou da Europa.

«Só ganhando competitividade podemos vencer. E só vencendo, nos afirmamos perante nós próprios, perante a Europa e perante o Mundo.

«É este o grande desafio. Um desafio que começámos a enfrentar com sucesso há dois anos atrás. Um desafio que condiciona todos os outros. Um desafio que estimula e mobiliza. Um desafio capaz de fazer de um grande Povo uma grande Nação. Um desafio que vamos vencer. Por uma razão simples e essencial: porque acreditamos em Portugal, porque temos espírito de ambição, porque apostamos nos Portugueses.

«Reformar tem de continuar a ser o paradigma da nossa atitude política»

«Este desafio não se vence com retórica e muito menos com demagogia.

Vencer este desafio implica vontade, coragem e uma séria atitude reformadora.



Depois do tempo perdido entre 1996 e 2001, reformar foi, desde 2002, a nossa palavra de ordem. Reformar tem de continuar a ser o paradigma da nossa atitude política.

«É o ímpeto reformador desta maioria que justifica exigência nas contas do Estado. Sem ordem nas contas públicas nenhum País vai a lado nenhum. Pelo contrário, cava a sua sepultura, o seu descrédito e a sua irrelevância.

«É o ímpeto reformador desta maioria que reclama rigor no combate à evasão fiscal. Baixar os impostos é uma opção política essencial. É um imperativo do nosso modelo de desenvolvimento. Mas fazer com que todos paguem as suas obrigações fiscais é uma exigência ética, moral e de cidadania.

«É o ímpeto reformador desta maioria que exige melhor formação, educação mais exigente, aposta séria e determinada na investigação e na qualificação. Houve um tempo para investir no betão e nas infraestruturas físicas. Era uma prioridade social e económica indiscutível. Mas é tempo de dar à formação e à investigação – aos nossos recursos humanos, aos nossos cérebros, aos nossos jovens – a primazia que se impõe e a prioridade que se reclama.

«É esta a nossa principal riqueza. Terá de ser este o nosso principal instrumento para o desenvolvimento.

«É o ímpeto reformador desta maioria que impõe uma era mais moderna e mais eficiente na organização do trabalho no sector público e no sector privado. «É por esta via que teremos um País mais produtivo e mais rico. A clivagem marxista da luta de classes pode, ainda hoje, fazer o gáudio e a estratégia de alguns que pararam no tempo. Mas não faz nem a felicidade dos trabalhadores, nem a solidez das empresas, nem a prosperidade das famílias Portuguesas.

«Reformar foi uma das marcas mais impressivas do anterior Governo. A opção estava certa, a prioridade foi adequada, os resultados começavam naturalmente a surgir.

«Há um tempo para semear e um tempo para colher. É importante prosseguir, aprofundar e desenvolver esta orientação. Hoje Portugal é já um País com perspectivas bem diferentes. Os profetas da desgraça e os zangados da vida, como sempre, vêem tudo a negro. Mas a verdade é que foram dois anos de rigor e de ímpeto reformador que permitiram a retoma que aí está, que aceleraram o crescimento que já começou, que permitiram que o desemprego já tivesse começado a baixar, que levaram a que Portugal esteja, já hoje, num rumo

irreversível da recuperação e da modernidade. Dai a tranquilidade que sempre tivemos ao longo destas últimas semanas.

«O maior partido da oposição excitou-se com a possibilidade de eleições antecipadas. Via nelas, para além de um golpe constitucional, a oportunidade única para a sobrevivência da sua liderança frouxa e moribunda. Foi a prova da mais inequívoca fraqueza política. Queriam eleições a meio da Legislatura num lance oportunístico e num total desprezo pelos valores políticos do Estado de direito, da estabilidade e da governabilidade que sempre disseram defender.

«Queriam eleições a meio da Legislatura porque queriam – egoisticamente, taticamente, irresponsavelmente – resolver problemas de decomposição interna à custa da instabilidade do País e de um inevitável recuo no percurso de recuperação que tanto tem custado aos Portugueses.

«Queriam eleições a meio da Legislatura porque não conseguem disfarçar o que é óbvio para todos os Portugueses – de um lado continuará a haver um Governo que governa e uma maioria parlamentar sólida, consistente e estável; do outro lado, há uma oposição vazia de ideias, omissa nas alternativas, preguiçosa no trabalho, maledicente no discurso e irresponsável nas atitudes.

«Quanto aos restantes partidos com assento parlamentar, limitaram-se a prosseguir a sua política de sempre – pelo bota abaixo, pela instabilidade, pelo retrocesso no esforço nacional de modernização e progresso.

«Às chantagens e aos apelos lancinantes de uma opção sectária, respondeu o Senhor Presidente da República com uma decisão em nome de todos os Portugueses.

«Decidiu. E decidiu a favor da estabilidade. Recusou o frete à oposição. Como não fez nenhum favor à maioria. Cumpriu, sim, uma obrigação de normalidade política e institucional. Foi o Presidente de todos os Portugueses.

«Não temos medo. Nem dos problemas, nem das dificuldades, nem das oposições, nem do julgamento dos Portugueses no tempo próprio»

«Aqui estamos, por isso mesmo, para cumprir. Para cumprir o mandato que legitimamente nos foi conferido. Para governar com seriedade, como é exigência dos cidadãos. Para dar satisfação aos



O Primeiro Ministro encerra o debate

anseios mais legítimos dos Portugueses. Para que, em 2006, os Portugueses julguem com liberdade, soberania e responsabilidade.

«Não temos medo. Nem dos problemas, nem das dificuldades, nem das oposições, nem do julgamento dos Portugueses no tempo próprio.

«Mas permitam-me que faça daqui um apelo, ainda que no actual estado da arte da actividade política e do vale tudo dos partidos mais à esquerda, possa parecer quixotesco.

«O apelo é este – que façamos todos um esforço para situar o debate político no patamar que lhe compete, no âmbito da discussão das ideias, dos projectos e das alternativas.

«Há naturalmente bom e menos bom em todas as famílias políticas. Mas se queremos dignificar a Política, deixemos, de uma vez por todas, de entrar na discussão pessoal, nos processos de intenção sobre as pessoas. Deixemos de enlamear, com a suspeição constante, tudo e todos aqueles que são chamados ao desempenho dos mais altos cargos públicos.

«É pela mão dos políticos que assim actuam, que a política se degrada e se desacreditam, perante os cidadãos, as instituições democráticas que temos todos obrigação de dignificar.

«Apresentaram todos e cada um dos partidos da Oposição, moções de rejeição do Programa do Governo. Antecipadamente, alguns cegamente. Ainda bem que o fizeram, pois, dessa forma, definem-se e separam-se bem as águas.

«Rejeita a Oposição, em bloco, o caminho que vínhamos trilhando, e que, como se pode constatar pelo Programa do Governo que aqui apreciamos e debatemos, vamos continuar a trilhar, com a mesma convicção e com acrescida confiança.

«Mas se a Oposição, toda a Oposição, rejeita o Projecto da maioria, que se contém no Programa do XVI Governo Constitucional, isso só significa que há clareza na definição de modelos e opções, que estamos no caminho que acreditamos melhor servir os Portugueses e Portugal.

«E se as moções de rejeição estão inevitavelmente votadas ao fracasso, é importante que esta Assembleia aprove este Programa e dê um voto de confiança ao Governo.

«Este Governo, agora investido, merece o apoio da Assembleia da República, o apoio do PSD, o apoio da maioria, o apoio a um projecto ambicioso de renovação e recuperação de Portugal.

«Senhor Primeiro-Ministro: O desafio é grande. A tarefa é exigente. A convicção é muita. A alma e a ambição são ainda maiores.

«Todos em conjunto – Governo e maioria no mesmo Projecto em que V. Exa. sempre esteve empenhado – estamos aqui, como sempre estivemos no passado, de forma determinada e solidária.

«Para honrar os compromissos assumidos. Para defender os Portugueses. Acima de tudo, para servir Portugal.»

Pedro Santana Lopes, Primeiro Ministro do XVI Governo Constitucional, encerra o debate

Depois de Guilherme Silva, faltava o encerramento do debate, que foi feito, segundo o

regimento, pelo Governo, na voz do Primeiro-Ministro, que se dirigiu aos Deputados, falando de improviso.

Pedro Santana Lopes começou por reafirmar o espírito de total abertura do Governo, para recolher contributos e aceitar propostas para, se necessário, aperfeiçoar as políticas do Governo e disse:



«A vontade de ouvir, de ouvir a todos, é a marca que quero introduzir no meu Governo», disse, reiterando que essa atitude não é circunstancial, mas permanente, pois «gosto da tolerância, amo a liberdade, prezo muito a diferença, que é essencial à condição humana e é fundamental à democracia».

Lembrou que há necessidade de ter em atenção o nível das intervenções, especialmente no que concerne o necessário respeito, devido a cada um trazendo à colação o exemplo de Presidentes da Assembleia, o actual e o anterior, que «respeitam tudo e todos, independentemente das diferenças políticas e partidárias. É dessa política que eu gosto, não da “outra”, que coloca as questões de fundo, as questões de princípio, os valores, as opções, em segundo plano, para se preocupar com cada um para saber se é mais velho ou mais novo, se veste fatos mais escuros ou mais claros, se teve uma vida pessoal de uma maneira ou de outra, colocando assim questões pessoais, que às vezes têm a ver com a dignidade da pessoa humana, acima do interesse público...».

Para o Primeiro-Ministro, o que se passou durante o debate, leva-o a tirar uma primeira conclusão: «Que bem fez o Senhor Presidente da República, ao tomar a decisão que tomou!». A maioria demonstrou que estava unida, coesa e decidida, à volta de um ideal comum e que, com o Governo, está preparada para um ciclo de argumentação da Oposição, em que se farão juízos mais ou menos redutores de Secretários de Estado, de Ministros e do Primeiro-Ministro, umas vezes dirigidos a uns, outras a outros, variando um pouco, mas com um tom comum, para o qual maioria e governo estão preparados.

E essa forma de argumentar «porque vos ouvi, senhores Deputados da Oposição, leva-me a repetir: ‘que bem fez o Senhor Presidente da República’. Porque, como ainda ontem, o Ministro de Estado e da Presidência o demonstrou, não existia alternativa a esta maioria. Não existe no Parlamento, não existe no País. Este é um facto!»

E continuou: «A outra possibilidade seriam as eleições, de que a oposição afirma tanto gostar...»

mas que o PS sabe e sabe bem, que eu não tinha receio nenhum de eleições! Quem perdia, era o País. E se fossemos a eleições, os senhores iram perdê-las novamente, podem ter a certeza disso. E os senhores sabem, o PS sabe, que não está em condições de oferecer uma alternativa ao País. E por isso volto a dizer, como diz o cidadão comum ‘que bem fez o Senhor Presidente da República’».

Recordou que, atempadamente apresentará as opções para o Plano e o Orçamento e não faz sentido perder tempo a discutir agora, questões que têm a sua sede nouro tempo e nouro debate. Mas desejava esclarecer que o anunciado em matéria de atenuação da carga fiscal, «... não o foi em função de qualquer levantamento apressado e superficial por este Governo. Vem na linha das afirmações do Governo anterior e respeita uma linha de orientação firme e que há muito tempo o meu antecessor tinha comunicado ao País. No próximo Orçamento de Estado, se houver margem para isso, haverá uma atenuação do IRS e da carga que incide sobre as famílias.»

«Não é uma afirmação de circunstância, nem é argumento de oportunidade. É, sim, a sequência da seriedade do elevado sentido patriótico e do trabalho desenvolvido pelos que nos antecederam; e só por isso é possível!».

«Conheço os valores do défice – e conheço-os todos! E posso dizer como baixou, desde o governo socialista até agora»

Dirigindo-se ao líder do maior partido da oposição, manifestou a sua estranheza pela argumentação sobre o défice, antes expandido por este, inclusivamente à pergunta que lhe tinha feito sobre “...se conhecia os valores da dívida pública”.

«Conheço-os – e conheço-os todos! E posso dizê-lo como baixou, desde o vosso Governo até agora.»

Era obrigado a dizer, que o PS não tem idoneidade para utilizar esse tipo de argumentação «...depois do modo como conduziram o País! Os senhores vêm perguntar-nos se conhecemos o défice. Eu ouço, tenho ouvido e custa a acreditar que são os senhores. Ora, se há algo demonstrado, a nível nacional e nas instâncias europeias, é que os senhores não conheciam a dimensão do défice! O vosso Governo é que não sabia.»

«Anunciaram 1.1 por cento, e chegou-se a apurar 4.4 por cento. Nós tivemos de andar, com a cooperação do Banco de Portugal e outras entidades de auditoria, a apurar a verdadeira dimensão de um défice oculto, que os senhores deixaram e figuram, porque não o queriam apurar!».

E disse, falando directamente para o líder da bancada do PS (que antes tinha afirmado que gostaria de o olhar “olhos nos olhos” ao falar do défice), «... eu sei que na vida a ousadia é bonita. Mas a barreira entre ousadia e descaramento está muito bem marcada! Nós temos o compromisso de manter o défice abaixo dos três por cento e é em relação a esse compromisso que apresentaremos contas./.../ O que tivemos de fazer, em relação à dívida pública e ao verdadeiro défice foi, primeiro,



conhecê-lo e comunicá-lo às entidades competentes. Depois, estabelecer metas, a seguir, respeitar esses compromissos e sair da lista negra da União Europeia. Foi por isso que os senhores se foram embora, porque não eram capazes de fazer o que nós fizemos!».

«Se há algo de que nunca gostei na vida, foi ouvir lições de quem não tem autoridade moral para as dar. Em nenhuma matéria! Eu não estou a procurar dar lições, apresento um programa de trabalho», disse, para tirar a conclusão que, quando esse programa estiver concluído, será julgado pelos resultados e que, se desistisse «para não deixar o país num pântano» decerto não se sentiria com autoridade para criticar alguém nessas matérias.

Referiu-se, depois, a algumas das críticas ouvidas durante os debates e referiu-se a elas, de forma, como disse, a repor a verdade e a corrigir desvios de forma e conteúdo. Esclareceu a situação da introdução dos genéricos da gestão dos hospitalar, afirmando que «... a Oposição, que tanto gosta de citar relatórios internacionais, neste campo esquece-se de citar o relatório da OCDE que considera a reforma em curso no Serviço Nacional de Saúde, como 'exemplar', apontando-a como modelo a ser seguido por outros países. São esses factos que os senhores querem ignorar, tal como querem ignorar o esforço que foi feito, do ano passado para este ano, no reforço dos meios de combate aos incêndios.».

Defendeu o recurso a meios externos de combate aéreo, esclarecendo que todos os países, mesmo os de maior dimensão, face a situações de gravidade, o fazem. afirmou que «... não podemos passar a vida em debates em que se afirma que tudo o que se passa em Portugal é anormal, insólito, partindo do princípio que o Povo português ignora o que vai por esse Mundo.» Ora, a informação hoje é global e o Povo sabe, tem informação, sabe julgar e decidir, por isso, não se devem fazer afirmações erradas, na presunção de que, por desconhecimento, o Povo as aceita como são feitas. O Povo, independentemente de ter mais ou menos escolaridade, sabe e julga.

No entanto, apesar das afirmações feitas no debate e das posições assumidas, o Primeiro Ministro ainda acredita que é possível encontrar bases de entendimento suprapartidárias, em questões de estado, em questões interesse nacional, sendo obrigação de todos, encontrar as matérias em que tal convergência é possível, o que, por sua parte, o Governo fará.

Citou exemplos, como o da recente revisão constitucional, o encontro de normas estruturantes do estado democrático; a nova lei dos Partidos e do seu financiamento; diversas Leis que são do interesse global do Estado, reforçando as travessuras das respectivas instituições, por exemplo, na Justiça, que parece reunir consensos para o rumo a seguir e que está de acordo com o que o Presidente da República, inclusivamente, vem afirmando, até já o tendo feito em discurso proferido na própria Assembleia.

«...Não me conformo com o facto de que uma família com filhos, tenha de educar cada um, com a instabilidade dos 'currícula'»

Outros exemplos vêm da Política Externa, da Segurança, do Ambiente e da Educação. E a respeito desta última disse que «...Não me conformo com o facto de que uma família com filhos, tenha de educar cada um, com a instabilidade dos 'currícula', com a permanente mudança de manuais escolares que servem apenas a um aluno, sujeitos aos movimentos das reformas e contra-reformas do sistema...

«Como não me conformo, em matérias como a Justiça, a Política Externa e a Defesa, a conservação da Natureza, o interesse nacional não se sobreponha às nossas diferenças. Sublinho: tem de ser mais forte

o que nos une do que aquilo que nos separa!»

«Nestas matérias, em que é Portugal que está em causa, há um conjunto de aquisições nos nossos entendimentos, uma experiência, que revela um Portugal maduro, apurado na alternância democrática.»

«Mas quanto maior for a base do entendimento, mais alto e ambicioso será o edifício que poderemos construir e no qual, no futuro, os portugueses mais se revejam.»

Já a entrar na fase final do seu discurso, afirmou que queria repetir algo «... que é maior do que esta Casa. Faço-o aqui, mas dirijo-me a todos os Portugueses: Produtividade, Competitividade, Justiça Social! Só assim poderemos vencer, na Europa e no Mundo.»

Teceu, então, algumas considerações sobre a forma como se estabeleceu a actual maioria, em nome de um projecto coerente, que tem duas fases nesta legislatura, em que a segunda fase, agora iniciada, será ocupada com o crescimento da economia, com a atenuação de algumas cargas, principalmente das que incidem sobre os rendimentos das famílias, mas sem deixar de prestar especial atenção ao rigor das contas públicas.

Tomando como dado adquirido as baixas ou nenhuma expectativas da Oposição, relativamente ao desempenho futuro do Governo, afirmou que tal facto «o faz sentir animado (...) pois, em perspectiva histórica, dos governos apoiados pelos partidos que fazem esta coligação ou só pelo maior partido da coligação, os que tiveram mais sucesso foram aqueles de que os senhores mais descreiam, à partida. Com Sá Carneiro, com Cavaco Silva, tudo o que os senhores e senhoras disseram na altura, tem paralelismo com o que se passa hoje». Avançando no tempo, lembrou as negras previsões, no Parlamento, à volta de Durão Barroso, de que nunca seria Primeiro-Ministro e de que a sua carreira política estava acabada, que o seu Governo nunca conseguiria a recuperação económica, que agora temos à nossa frente; por isso ele, Santana Lopes, tem o direito de se sentir animado com o tipo de profecias negativas da Oposição.

Afirmando o «traço próprio» deste Governo, sublinhou, contudo, que a maioria é de uma legislatura e que o Governo assume a unidade dessa legislatura. Falando depois para os Deputados da maioria, quis transmitir-lhes a sua admiração pela forma como foi mantida a coesão, «...durante um

momento difícil da História de Portugal e que ficará assinalado na História do princípio deste século, como o momento em que um Governo teve de assumir uma missão patriótica, ao mesmo tempo que tinham responsabilizantes e exigentes compromissos na ordem internacional e na ordem interna.» E a coesão da maioria nunca falhou, é a marca que nos caracteriza, disse.

«O nosso compromisso é com os Portugueses», afirmou, que julgarão a forma como Portugal foi dirigidos em quatro anos.

Disse ainda, falando da acção governamental, que «...a obra humana tem decisões certas e decisões erradas. O importante é saber o que pesa mais: as decisões certas ou as erradas. O Governo dos socialistas, errou muito mais do que acertou; e nós acertamos muito mais do que erramos! É esta a diferença fundamental entre nós!».

Já na fase final, proclamou «...a honra que este Governo tem, em afirmar que ama Portugal. Temos amor pela nossa Pátria e vamos trabalhar para os Portugueses. Estamos com pressa de começar a governar. Os portugueses, principalmente os que estão em situação mais difícil, já deram um mês a esta situação política. Aguardam agora as medidas do Governo e apoiadas por esta maioria. Já no próximo Conselho de Ministros, terão ocasião de verificar como, sem tibiezas, governaremos, respeitando compromissos - alguns dos quais de muitos anos e de responsabilidade de governos socialistas, que não foram executados até agora - que serão executados, mas com o ritmo, a cadência, que respeite o interesse nacional.»

Apontou a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros que tinha acabado de chegar de São Tomé e Príncipe, da cimeira da CPLP, que tinha sido mais um motivo de esperança e orgulho para a lusofonia, para Portugal e para o Governo, com estados africanos não-lusófonos a pedir acesso aos observadores e mesmo querendo aderir à Comunidade.

Mesmo a terminar, disse: «Sabemos que recebemos o poder de governar em situação difícil. Não pedimos, no entanto, especial compreensão ou tolerância; preocupa-nos, obviamente, o juízo do Povo, sempre esse e só esse.»

«Respeitamos todas as opiniões, mas é em 2006 que o Povo Português dirá se conseguimos cumprir os nossos compromissos e elevar, mais alto, o nome de Portugal»

